

(A)
Maria L. Sampaio

- U. F. R. J. -
BIBLIOTECA
- IPPUR -

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL- IPPUR/UFRJ.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO.

A
Adalberto

TEMA DA MONOGRAFIA

ANÁLISE DA TRANSFERÊNCIA DA FAVELA UNIÃO PARAÍSO PARA
O CONJUNTO HABITACIONAL DO BEIRU: O CONFLITO ESTABELECIDO NA
ÁREA EM LITÍGIO RETRATA ESSE PROCESSO.

Rosana Maria Scoppetta Sampaio Alves.
ROSANA MARIA SCOPPETTA SAMPAIO ALVES.

JUNHO/1989.

"Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle".

"Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo XXVI".

AGRADECIMENTOS

A Deus,
que iluminou meus olhos,
enriqueceu a minha mente
e me estimulou nos momentos de dificuldade.

Ao meu marido,
que com amor, apoio e paciência,
incentivou-me durante todo o período da pesquisa.

Aos meus mestres da UFRJ,
que me forneceram o embasamento teórico e prático,
para que pudesse atuar com segurança e discernimento neste tra-
balho ou em quaisquer outros que por certo surgirão na minha
vida profissional.

E finalmente quero agradecer ao grupo do CEAS, aos moradores da
favela União Paraíso, pela gentileza no fornecimento de infor-
mações tão valiosas e a todos aqueles que contribuíram de algu-
ma maneira para a realização dessa monografia.

ÍNDICE

Apresentação	1
Introdução	4
Parte I	
1. Caracterização do fenômeno de favelas em Salvador	7
2. Histórico da favela "União Paraíso"	11
3. Aspectos físicos-estruturais	15
3.1 - Localização	15
3.2 - Composição estrutural	15
3.3 - Infra-estrutura	17
4. Análise dos dados sócio-econômicos	19
4.1 - Origem - salário - ocupação	19
Parte II	
5. O Projeto de Remoção	21
5.1 - Impacto da remoção	26
5.2 - Protestos - aceitação	29
5.3 - O desenrolar do conflito	30
5.3.1 - A contra-proposta	32
5.3.2 - Resistência	33
5.3.3 - Viabilidade de permanência na área	34
5.3.4 - Reação	35
6. Condições dos favelados	38
7. Situação atual	41
8. Associação Comunitária da União Paraíso(ACUP)	43
8.1 - Projetos	45
8.2 - "Jogo de forças" na Câmara Municipal	47
9. Conjunto Habitacional do Beiru: a nova realidade	50
10. Conclusão	56
11. Bibliografia	58
12. Anexos	62
12.1 - Mapas	
12.2 - Fotos	
12.3 - Tabelas	
12.4 - Questionário	
12.5 - Figuras	

APRESENTAÇÃO

A configuração espacial de uma cidade, está interligada a diversos fatores, destacando-se os processos sociais como condicionantes da ocupação espacial e conseqüente transformação e reorganização do uso do solo urbano.

À medida em que a cidade se expande, a contradição a nível sócio-espacial se agrava. Este fato pode ser comprovado ao se examinar o fenômeno de uma favela num local da cidade de alto valor especulativo e imobiliário, habitado por uma camada da população de poder aquisitivo elevado, cujo interesse se direciona para a manutenção do seu "status" e preservação do seu bem estar.

Incapazes de competir no mercado capitalista habitacional, a grande maioria da população se depara com poucas alternativas de moradia de baixo custo, das quais pode ter acesso e a ocupação de uma área de forma ilegal, tem se constituído na prática mais habitual nos grandes centros urbanos.

Inserido neste contexto, cabe a esse trabalho de pesquisa analisar, investigar e comentar a realidade da favela "UNIÃO PARAÍSO", as lutas empreendidas, questionando as formas coercitivas a que está submetida, que subjulgam e oprimem os seus moradores já tão sofridos pela inacessibilidade a condições mínimas e dignas de vida.

Pode-se considerar dois fatos extremamente expressivos que justificam a escolha do tema e a diretriz do seu desenvolvimento. O primeiro deles, refere-se à União Paraíso como um fenômeno urbano peculiar, por se tratar de uma favela antiga e ante-

rior a tudo que surgiu ao seu redor. Isto significa dizer que os seus moradores foram os primeiros a ocupar os terrenos que hoje se enquadram como pertencentes aos bairros da Pituba, Costa Azul e Stiep. Considerados bairros nobres de Salvador, as suas áreas tornam-se altamente cobiçadas, sobretudo pela sua localização no espaço, que permite o acesso ao uso do sistema de objetos imobiliários que complementam o valor de uso das moradias. O capital imobiliário, contornando o problema fundiário, possivelmente passaria a construir sofisticadas edificações, para daí obter o lucro e a valorização do capital inicialmente empregado.

O segundo fato é que, a favela União Paraíso, diante de inúmeros problemas que enfrenta, tanto pelo baixo padrão habitacional como pela carência nos setores educacional, de saúde e saneamento básico, vem se submetendo a um Projeto de remoção, que consiste na transferência de todos os seus moradores para o Conjunto Habitacional do Beiru.

A luta incessante pelo espaço, o grau de mobilização alcançado pelo movimento de resistência à remoção, a ação do poder público, como os interesses dos proprietários urbanos pela área em questão, são apenas alguns itens de um cenário que vem marcando profundamente a história de vida dos moradores da União Paraíso e que se pretende desvendá-lo.

Nesse sentido, busca-se analisar as verdadeiras condições dessa população marginalizada, apontando os interesses que se escondem por trás de uma política de renovação urbana, com a transparência de idéias e fatos que enriqueçam o tema com a cientificidade e o espírito crítico-reflexivo necessários ao pesquisador.

Pretende-se também reunir uma gama de informações relevantes a nível do conflito que se estabeleceu diante do imposto

Programa de remoção, que envolve Prefeitura, moradores e a Empresa de construção Ecomati e, a partir dessa perspectiva, descrever a iniciativa da Associação de moradores da União Paraíso, o seu poder de resistência e luta pelo direito de permanecerem no espaço conquistado, demonstrando ser um provável caminho de superação do estágio de opressão e contra a discriminação das classes dominantes.

Em suma, este estudo propõe um repensar sobre as práticas de planejamento, as quais se encontram totalmente desvinculadas da realidade social a que se destinam e alerta para a necessidade de se implementar políticas de médio e longo prazos e estratégias de urbanização mais eficazes, que promovam um aproveitamento mais adequado do espaço urbano, reduzindo assim, as disparidades sociais existentes.

INTRODUÇÃO

De volta à realidade de Salvador, pode-se detectar de forma pormenorizada, que a cidade está atravessando uma fase de violenta expansão imobiliária.

Principalmente em suas áreas mais valorizadas, assiste-se a uma reestruturação do espaço, vinculada à aplicação de Projetos Urbanísticos, impulsionando em ritmo acelerado, o aparecimento de edificações em estilo arquitetônico futurista e de fachadas arrojadas, de grande impacto visual aos turistas e a seus habitantes.

Inserida nessas transformações, estava a favela União Paraíso, sendo parcialmente desconfigurada, devido ao Projeto de drenagem do Rio Camurugipe em andamento (foto 1) e ao recente Programa de sua remoção em sua etapa inicial.

Este novo fato, de repercussão social, associado a uma relativa experiência em trabalhos de pesquisa em favelas, reforçou o já iminente interesse de se analisar com maior profundidade, a problemática desse fenômeno urbano.

Especificamente, esse estudo de caso pretende examinar de modo participativo o desenrolar do Programa de remoção, enfatizando o processo de transferência dos moradores, apontando o conflito (que se estabeleceu na área em litígio), como resultado do prático da luta de poder entre dominantes e dominados.

Desse modo, organizou-se o índice do referido trabalho, a partir dos seguintes critérios: em sua primeira parte, tenta-se elucidar algumas características da favela União Paraíso, no tocante aos seus aspectos (histórico, físico e sócio-econô-

micos), como subsídio ao entendimento das condições de vida e do agravamento dessas condições, em virtude da inclusão de um fator novo em sua realidade: o Programa remoção. Na segunda parte, faz-se uma descrição mais detalhada da operação - remoção, do poder de resistência dos moradores que encontra respaldo na força e atuação da ACUP (Associação Comunitária da União Paraíso), fazendo-se uma exposição da nova realidade espacial do Conjunto Habitacional do Beiru.

Para recolher o material dessa abordagem, foi necessário a utilização de um método próprio, contendo diferentes recursos:

- Pesquisas em bibliotecas e no Arquivo Municipal, a fim de ter acesso a livros, revistas e jornais que tratam do assunto pertinente ao tema;
- Observação e participação "in loco", das reuniões da Associação de moradores, como o acompanhamento regular do processo de transferência e ocupação no Conjunto Habitacional;
- Aplicação de questionários, entrevistas e acompanhamento dos fatos através da divulgação pelos meios de comunicação;
- Debates com o grupo do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social).

A coleta dos dados, assim como a elaboração do trabalho, requereram uma dedicação constante e exclusiva, em virtude da evolução dinâmica dos fatos exigir uma disponibilidade de tempo suficiente para que pudessem ser assistidas as mudanças gradativas que iam se processando na favela.

As diversas fases desse trabalho abrangem o período de janeiro a maio de 1989, prazo este limitado para que se pudesse revelar os resultados finais do conflito, pois na área em questão, ainda persiste o impasse que engloba moradores resistentes e a ação contínua da Prefeitura.

Considerou-se proveitosa a experiência e as novas relações de amizade advindas desse trabalho, cuja importância fundamental se consubstancia na oportunidade que tive em reavaliar conceitos pessoais, intimamente arraigados a padrões legais estabelecidos socialmente. Sobretudo significou mais uma etapa produtiva de crescimento ao exercício da minha função estudantil.

1. CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DE FAVELAS EM SALVADOR

O processo de ocupação ilegal de determinadas áreas da cidade de Salvador, surgiu na década de 40 e vem acompanhando o crescimento desordenado da cidade, dando origem a invasões que se consolidam com a agragação cada vez maior de famílias carentes que, excluídas do mercado habitacional de aquisição de moradias, vêm-se obrigadas a construir um barraco em terrenos os quais não detêm título de propriedade.

O fenômeno da invasão surgiu concomitantemente a um acelerado processo de especulação imobiliária, impedindo que a população de baixa renda tivesse acesso a uma moradia digna.

Segundo Mattedi¹, "o processo de crescimento de favelas em Salvador, acentuou-se a partir dos anos 60, quando uma nova configuração econômico-industrial levou ao surgimento de um mercado imobiliário". Na época, esse surto desenvolvimentista encontrou o seu respaldo político no autoritarismo dos Governos Militares.

As invasões foram, pois, motivadas tanto pelo desenvolvimento econômico em franca expansão, como pela ausência de uma Política habitacional coerente com as mudanças econômicas introduzidas na época.

A migração campo-cidade de populações expropriadas de suas terras e o fascínio pelos grandes centros urbanos-industriais, foram fatores que contribuíram para o aparecimento das invasões, até meados dos anos 70.

1. Mattedi, R.M., "As invasões na cidade de Salvador". Cadernos do CEAS, n^o 72, março/abril de 1981, pp.44/45.

Hoje, sabe-se que unido às causas básicas, existem outras mais relevantes, que são a própria expansão demográfica, assim como a falta de alternativas para solucionar a questão do de sempre, da falta de moradias populares e da própria distribuição da renda gerada na economia, de forma desigual.

A luta pelo espaço faz parte da realidade de Salvador. Segundo afirmações de Rocha², "70% da população da Capital baiana, vive em terrenos ilegais". Essa incessante disputa é resultante de conflitos que se desenvolvem entre os interesses dos proprietários dos terrenos ocupados e àquela parcela da população que carece de espaço para a sua subsistência e reprodução na cidade, passando a ocupar espaços que consideram "desperdiçados" e construindo suas precárias habitações.

A contradição persiste e os conflitos tendem a se agravar à medida em que permanecer inalterado o quadro atual de profundas disparidades sociais.

De um lado, a população de baixa renda, sem recursos e sem acesso a terrenos urbanos. De outro, os detentores dos seus títulos de propriedade, com o objetivo direcionados ao exercício de suas atividades lucrativas e portanto, investindo em produção de habitações para a classe abastada em detrimento à satisfação da carência habitacional das camadas populares da sociedade.

Ao passo em que a malha urbana se estende desordenadamente, a tendência geral é afastar as favelas do centro de aglomeração para áreas mais distantes da cidade.

Neste contexto, estão inseridas as várias tentativas de remoção em massa, que vêm sendo empreendidas pela Administra-ção Pública do referido município, no intuito de transferir as
2. Rocha, J.O., "Drama da Habitação", jornal Tribuna da Bahia, Salvador, 23 de fevereiro de 1983, p.14.

favelas de áreas valorizadas da cidade para a periferia ou para terrenos desprovidos de infra-estrutura.

Como exemplo, pode-se citar as invasões do Bonocô, Mata Escura, Nova Esperança, Nova Sussuarana, São Bartolomeu, Mata dos Oitis e Malvinas, entre outras, que tiveram que ser deslocadas para outras áreas loteadas, distantes porém do local de origem de ocupação.

A Política de remoção mais recente e específica é a que atinge a favela denominada "UNIÃO PARAÍSO", situada em bairro nobre da cidade. Ela vem sendo alvo de polêmica, quanto ao jogo de interesses que vem se desenvolvendo em relação à área atualmente ocupada pela favela e principalmente pelo poder de resistência dos moradores em não acatarem a decisão de serem transferidos para o Conjunto Habitacional do Beiru, construído para esse fim.

Apesar do estágio avançado do Programa de remoção, verifica-se que o loteamento do Beiru não oferece condições de fi xar toda a população da União Paraíso, visto que os serviços básicos criados para suprir as necessidades dos moradores re locados, ainda não se encontram em funcionamento. A horta co munitária, a creche e a escola continuam desativadas e as áreas de lazer e os serviços de transportes escassos, vêm fortalecer o poder de ação daqueles que acreditam haver uma solução mais adequada e viável, no sentido de atender as aspirações dos moradores de urbanizar a favela ao invés de erradicá-la.

A atitude dos agentes de planejamento vem demonstrar a falta de conhecimento detalhado das causas que levaram ao efe ito sobre a qual intervêm. Isto significa dizer, que a solução imediata de remoção da favela não parece ser a mais recomendada, desde quando o processo de invasão é contínuo e, enquanto se tenta resolver o problema específico de uma favela, várias

outras estouram em pontos diferentes da cidade, fugindo ao total controle dos Órgãos Municipais Competentes.

A ineficácia destas práticas políticas, é observada, quando, ao transferirem uma favela de um lugar para outro, transferem também o problema de ordem sócio-econômica que ela representa, não atingindo os verdadeiros princípios desse fenômeno urbanístico.

Como fato comprobatório da afirmação acima, pode-se citar a transferência da invasão conhecida sob o nome de "Malvinas" para a Avenida Suburbana, ocorrida em 1982. Das três mil famílias que moravam na favela antes da remoção, hoje, pode-se recalcular esse índice, aproximando-se dos trinta mil habitantes. Isso demonstra que medidas paliativas só tendem a agravar os problemas dos favelados, sem que lhes sejam proporcionadas reais condições a uma vida melhor.

As providências que deverão ser tomadas, se alicerçam na cura definitiva da origem estrutural e organizacional do Sistema, atacando as raízes do problema do desemprego, da inacessibilidade das camadas populares a setores básicos, como educação, saúde, transportes, habitação e principalmente reformulando a estrutura de distribuição da riqueza social, para que a população de baixa renda possa vir a desfrutar de empregos estáveis e bem remunerados.

2. HISTÓRICO DA FAVELA "UNIÃO PARAÍSO"

A população da favela União Paraíso, já ocupa terrenos que margeiam o Rio Camurugipe, há mais de vinte e oito anos³. Nessa época, essa área não era demarcada e pelo seu aspecto de abandono, nada indicava que houvesse proprietário. Esse fato demonstra que os moradores da União Paraíso, se estabeleceram no local, antes mesmo que se destinassem à moradia da classe média e adquirisse um alto valor no mercado imobiliário.

Na década de 60, os bairros denominados Pituba, Costa Azul e Stiep, ainda sem construções de grande porte, serviam como veraneio da classe abastada de Salvador. Grande número de imigrantes vindos do interior da Bahia e de outros estados do país, expulsos do campo ou mesmo por não terem condições de pagar aluguel, vieram para a cidade, buscando melhorar de vida. Sem condições de competir no mercado habitacional, a ocupação desses terrenos aparece como uma solução imediata de abrigar a família e se estabelecer espacialmente na nova realidade estigmatizante da cidade grande.

Com baixo nível de instrução e desprovidos de qualquer orientação, os novos ocupantes da terra não legalizam sua posse no momento em que se instalam e assim passam os anos sem alterações no seu modo de vida.

A mão-de-obra excedente, foi aos poucos se engajando no mercado de trabalho da construção civil em processo de expansão direcionado para a abertura de vias de acesso aos bairros e

3. Reis, S.A., " União Paraíso, caderno de Educação Popular, n°4, maio de 1986.

construção de prédios e casas.

A terra onde investiram sua força de trabalho de forma pioneira, enfrentando o perigo e a insegurança de um local inabitado, foi gradativamente se transferindo para as "mãos" dos donos, que garantiam o seu direito, com a legalização do título de propriedade.

A suposta "invasão" ainda não tinha nome. Eles identificavam o local de moradia, chamando-o de barraquinhos. Passo a passo, os antigos moradores iam sendo deslocados para áreas vizinhas, passando a se comprimir em espaços cada vez menores ao inicialmente ocupado.

À medida em que construtoras de médio porte iam desenvolvendo um trabalho de ampliação e verticalização de prédios, o número de habitantes por favela aumentava em progressão geométrica até se atingir o limite máximo de saturação da mesma.

Durante muito tempo, as favelas e os altos prédios em construção conviveram de maneira pacífica e tolerante. Só em 1974-1975, começaram a aparecer fiscais da Prefeitura, ameaçando a população favelada para que deixassem a área.

Pelos longos anos de permanência no local, os moradores alcançaram um certo grau de organização, sendo possível desta forma, resistir a dezenas de investidas de supostos proprietários dos terrenos, que passaram a ameaçá-los constantemente.

A primeira atitude da população foi organizar uma Comissão interna a fim de discutir a questão em pauta e tomar as precauções e providências devidas.

Em 1980, o clima de tensão se reestabeleceu, onde a Prefeitura começou a intervir no impasse, no intuito de "limpar a área", deixando-a livre para que fossem construídos os famosos es-pigões que materializam o sentido desenvolvimentista de uma metrópole.

A partir de uma ação de despejo contra os moradores das favelas do Cai Duro, Tubo e Rocinha (pertencentes à União Paraíso), os seus habitantes começam a se organizar de uma forma sistemática, reivindicando os direitos de cidadão e condições melhores de vida.

Após muitas resistências dos moradores que lutavam pela permanência em seus barracos, nova onda de ameaças de despejo resurge; dessa vez, empreendidas pela empresa imobiliária Tradição S.A. Em 1981/82, ela entra na Justiça com uma Ação contra os invasores, que de uma maneira ou de outra, praticamente se tornaram um obstáculo à construção de edifícios destinados à classe média, visto que a presença de uma favela desagrada e desvaloriza os empreendimentos imobiliários que pretendia realizar em terrenos em frente à favela.

A reação dos moradores foi a de criar uma força interna de resistência às tentativas de suborno e à violência. Criou-se uma situação de tensão e atritos no local. Algumas famílias foram persuadidas a venderem os seus barracos e a se mudarem. O destino destes, não se pode detectar.

Foram registrados a derrubada de seis barracos e acidentes pertinentes à situação de incêndio na queima e destruição das habitações.

Nesse ínterim, entre negociações e ameaças, a Comunidade resolve divulgar a situação ao público, através de entrevistas e fazendo apelos aos meios de comunicação, para que fossem notificados os fatos arbitrários que vinham ocorrendo.

Em 1985, na Prefeitura de Manoel Castro, criou-se um Projeto, o qual consistia em assentar na Rocinha, cerca de duzentas famílias, enquanto que outras quinhentas (mais recentes) seriam transferidas para um loteamento urbanizado. Esse acordo, travado entre os representantes da Comunidade e a Administração da Pre-

feitura não foi viabilizado no período de sua gestão. A Prefeitura alegava que a situação fundiária dos terrenos destinados a abrigar as famílias removidas, era difícil e faltavam recursos para iniciar as obras da Rocinha. Em suma, após todos os acordos não se teve resultado prático algum.

Posteriormente, com a posse do Sr. Mário Kértész, o Projeto foi vetado, opondo-se aos planos dos moradores de permanecerem na área. Sem acordos nem negociações, a Prefeitura passa a agir sem a participação da comunidade afetada, visando transferi-los para a Paralela, cujo terreno estava sob Jurisdição do Exército.

A CDS (Coordenadoria do Desenvolvimento Social) age de forma análoga, comprando barracos, destruindo-os e transferindo moradores para áreas bem distantes da cidade.

Em virtude do anonimato a que foi legada a ACUP (Associação Comunitária da União Paraíso) - antes mantinha uma participação ativa perante às negociações - passa a promover passeatas e em 1986, organizam um acampamento em frente a Prefeitura Municipal, no intuito de sensibilizar as autoridades para o grave problema que enfrentavam. O efeito, porém, foi o inverso.

A Prefeitura elaborou um novo Plano de transferência, sem vínculos com as promessas da administração anterior e totalmente descompromissado com os anseios da Comunidade atingida.

O atual Projeto de Remoção, visa deslocar toda a população da favela União Paraíso para o loteamento urbanizado no bairro do Beiru.

3. ASPECTOS FÍSICOS - ESTRUTURAIS

3.1 - LOCALIZAÇÃO

A favela União Paraíso está geograficamente situada às margens do Rio Camurugipe, na Avenida Professor Magalhães Neto, estendendo sua ocupação por terrenos de três bairros nobres da orla de Salvador, Pituba, Costa Azul e Stiep, atingindo as proximidades da demolida Sede do Clube Costa Azul até defronte da Concessionária Nossa Terra Veículos. (Mapa 1).

3.2 - COMPOSIÇÃO ESTRUTURAL

A favela União Paraíso é composta das invasões do Areial, Rocinha do Stiep, Baixa fria, Tubo e Cai duro (Mapa 2), que, juntas, representam a soma de esforços de toda a comunidade que tem como objetivo comum, a obtenção de melhores condições de vida.

Nesta favela, estão instaladas mais de mil famílias, cada uma delas possuindo seu próprio barraco, cujo tamanho médio é de $28m^2$. A sua construção foi realizada em etapas, pelos próprios moradores, com restos de materiais, tais como: tábuas, estacas, zinco, papelão, plásticos, folha-de-flandres, telhas eternit, entre outros. (Foto 2). Raros são aqueles em cuja construção usou-se tijolos e alvenaria.

A referida favela caracteriza-se por apresentar em sua totalidade, barracos de apenas um pavimento, distribuídos internamente, em geral, por três compartimentos (sala, quarto e cozinha), divididos por cortinas e móveis. Nesse espaço reduzido, coabitam um mínimo de quatro pessoas, chegando a quinze, em alguns casos.

Constatou-se a degradação na qualidade da construção das habitações, como das vias de acesso entre as moradias, na qual permite somente a movimentação de pedestres. A morfologia irregular do terreno, impede o tráfego de automóveis e põe em risco a estabilidade dos barracos.

O piso dos barracos e dos caminhos de passagem dentro da favela, são de barro batido, sujeito à erosão, que em época de chuvas, propicia à formação de fendas e crateras no solo, tornando o ambiente susceptível a deslizamentos das encostas, de abanamentos dos barracos e acidentes em geral. (Foto 3).

Como expansão da função residencial, encontram-se barracos destinados à venda de mercadorias de necessidade básica, prestação de serviços, consertos de automóveis, botecos e casas de jogos. (Fotos 4 e 5). Este pequeno comércio, no entanto, se mantém na favela ilegalmente, sem licença, e seus proprietários não pagam impostos.

Sobre esse aspecto, Carvalho⁴ relata bem o fato "da existência de um pequeno comércio na favela, revelando um circuito interno de pobre trabalhando para pobre. Mais uma vez, a família, pela mercantilização dos trabalhos domésticos viabiliza sua própria reprodução e também a dos outros pobres que se constituem através das relações de assalariamento". É fácil detectar a proliferação dos pequenos "negócios" na favela, devido aos cartazes de papelão que, colocados à frente do barraco, anunciam os produtos destinados à venda.

Pelo fato dos próprios moradores serem os donos dos barracos que ocupam, não há a exploração do mercado de aluguéis.

4. Carvalho, R.V.A., " Os restaurantes da favela - a mercantilização do espaço doméstico". Caderno do CEAS, nº 98, Julho/agosto de 1985, pp.45-56.

Muitas das habitações possuem uma pequena área cercada, que pertence ao próprio limite ocupacional, destinada à plantação de árvores frutíferas e de folhas medicinais, que ajudam no sustento da família. (Foto 6).

3.3 - INFRA - ESTRUTURA

Não há qualquer indicação de que, durante os anos de permanência dos moradores no local, a Prefeitura tenha empreendido quaisquer tipos de obras de melhoria a nível infra - estrutural da favela. (Foto 7).

Eles continuam vivendo em precárias condições habitacionais, sanitárias, educacionais, além da situação fundiária irregular.

Para que as casas não sejam efetivamente prejudicadas na época das chuvas, os próprios moradores, em multirão, construíram uma valeta, que serve para o escoamento das águas pluviais que descem transversalmente ao rio.

Os poucos barracos que possuem água em tubulação, advém da própria iniciativa dos ocupantes, que colocam ramificações na canalização principal de rua, na tentativa de dispor de uma relativa higiene e dinamização do trabalho doméstico. Para os que não fazem uso deste recurso, a única solução é percorrer grandes distâncias a fim de recolher água em vasilhames, proveniente de uma "bica" situada próxima à Nossa Terra Veículos, (Foto 8), ou se aventurar de "porta em porta", apelando para a generosidade de alguns moradores dos bairros adiacentes.

Não existe rede de esgoto. Os dejetos são lançados ao rio, que se encontra totalmente poluído, exalando um odor desagradável, pelo fato de servir de canal de escoamento, não

só da favela, como de outros bairros da grande Salvador.

Não possui eletricidade instalada. A corrente é fornecida por ligações clandestinas denominadas "gato", muitas vezes cortadas pelos fiscais da COELBA(Companhia de Eletricidade da Bahia) em seu trabalho de inspeção na favela. Os materiais usados nas instalações de luz e água, são comprados numa feira periférica de Paripe, os quais, de qualidade e preço inferiores, às vezes causam grandes transtornos e prejuízos inesperados a exemplo: curtos-circuitos ou mesmo a degradação excessiva dos materiais que já se encontram no limite máximo de sua vida útil.

4. ANÁLISE DOS DADOS SÓCIO - ECONÔMICOS

4.1 - ORIGEM - SALÁRIO - OCUPAÇÃO

A análise da tabela I, indica que 73.3% dos moradores da favela União Paraíso, são provenientes do interior da Bahia, em sua maioria de procedência rural; 23.3% são da própria cidade, e 3.4% são oriundos de outros estados brasileiros. Cumpre ressaltar que a parcela oriunda do interior do Estado, encontra-se a um relativo tempo nesta cidade, permitindo-lhe um certo domínio na sua estruturação espacial. Isto porque, antes de se instalarem nessa favela, moravam em casas de parentes, amigos ou em quartos alugados, à espera de uma oportunidade para ocupar áreas sem uso aparente, devido ao peso causado pelo aluguel, entre as despesas mensais. Frequentes são ex-moradores de outras favelas ou de bairros populares.

Notou-se que "invadir" se constitui numa prática bastante difícil, pelo processo de urbanização de Salvador e que exige uma vivência prévia na cidade, um conhecimento básico do local a ser ocupado, assim como a existência de uma rede de relações sociais e informais que permitam o estabelecimento de uma "invasão" e a maneira como fazê-lo.

Quanto à renda familiar dos entrevistados, a tabela II, demonstra que 93.3% das famílias perfazem um salário mínimo por mês. Enquanto que apenas 6.7% atinge uma faixa de um a três salários, não registrando-se nenhuma família que tivesse seus rendimentos acima de três salários mínimos mensais.

A favela União Paraíso abriga uma população de nível de vida baixo, desprovidos de ocupações regulares e qualificadas.

A maioria não possui fonte de renda fixa, sujeitando-se às alterações do mercado de trabalho. Contradizendo aos estereótipos de desocupados e marginais, uma considerável parcela dos moradores da referida favela, encontra-se engajada no mercado de traba-lho, inclusive considerando que 80% dos casais tem filhos com idade inferior a dez anos, tendo que deixá-los com irmãos ou vizinhos no horário do trabalho.(Tab.III).

A parcela feminina que exerce atividade remunerada extra residencial, corresponde a um percentual de 60%, sendo que 40% trabalha em "casa de família", e 20% se dedica à lavagem de "roupas de ganho".(Tab.IV).

Uma grande parte dos homens (23.3%), está inserida no setor informal do mercado de trabalho, vivendo de biscates. O restante (16.6%) se dedica a atividades em bares e construção civil, como serventes, pedreiros, etc.(Tab. IV).

A população da comunidade União Paraíso se caracteriza por atuar em larga escala no setor não especializado do mercado de trabalho, cujas atividades não garantem segurança e estabilidade às suas rendas mensais.

Os salários que conseguem obter mensalmente, é insuficiente para pagar o elevado preço de uma moradia digna, situação agravada pela existência de um mercado de terras e de aluguéis altamente especulativo.

5. PROJETO DE REMOÇÃO

O Projeto de Remoção dos moradores da favela União Paraíso para o bairro do Beiru (atual Tancredo Neves), está baseado numa transação comercial empreendida pela Prefeitura do Salvador e pela empresa privada de construção civil - Ecomati.

Este projeto estabelece que dois terrenos, situados no Beiru, de propriedade da Ecomati, se permutem pela área que hoje é ocupada pelos moradores da União Paraíso, além de estender os benefícios por o Kennel Club, a Igreja Batista Missionária e o Posto do Stiep, pertencentes à Prefeitura.(Mapa 2).

Com este acordo, trava-se uma aliança de compromissos e interesses entre os agentes Prefeitura - Ecomati, visando a transferência imediata dos moradores para o loteamento do Beiru.

Antes mesmo de tornar pública a decisão de remoção da favela, a empresa Ecomati, com recursos da Caixa Econômica Federal, já havia construído grande parte das moradias - embrião, destinada aos favelados.

Isso significa que a remoção representa um ato público anti-democrático e reacionário.

Pode-se entender dessa situação, que a Prefeitura quiz transferir a responsabilidade social para uma empresa que visa apenas o retorno financeiro, não se preocupando com o respaldo político da população afetada.

A Prefeitura, desistindo de se opor aos moradores, preferiu elaborar essa " façanha ", para que o conflito social decorrente desse jogo de interesses pela área em questão, não agravasse ainda mais a crise de legitimidade, a qual vem enfrentando ultimamente.

Ao final do processo de remoção e liberação da área, supõe-se que o problema habitacional dos moradores de baixa renda seja solucionado, além do recebimento de apoio da classe média e do capital privado, sem acarretar ônus ao cofre público.

Pelo acordo, ficou estabelecido que a metragem dos dois terrenos da Ecomati, que correspondem a $114.492m^2$ e valorizados pela inclusão de infra-estrutura e construção dos "embriões", ultrapassa o valor do terreno da Pituba, de propriedade Municipal, com $131.900m^2$.⁵

Diante dessa perda financeira que recaiu sobre a Ecomati, viu-se a Prefeitura obrigada a montar um esquema de equilíbrio da negociação. O primeiro passo ocorreu quando o Prefeito Mário Kertész propôs à Câmara a modificação do vetor de edificações na Pituba aumentando o gabarito dos prédios de quatro para doze andares, além de permitir a construção de edificações comerciais no bairro; antes exclusivamente destinadas à função residencial.

Essas medidas tinham como objetivo, elevar o valor dos terrenos na área; compensando o investimento nos terrenos do Beiru.

Segundo pesquisas de empresas imobiliárias, o valor do metro quadrado (m^2) para a área da Pituba, onde se situam os terrenos da Prefeitura, foi calculado em 8 a 24 OTN. (Em janeiro/89, o valor da OTN era de 6.170,19). E o terreno do Beiru na mesma época valia 0.5 OTN/ m^2 .

Para se ter uma idéia do escalabro das irregularidades dessa negociação, ficou constatado que a Prefeitura negociou seus terrenos com a Ecomati, por apenas 2.5 OTN/ m^2 .

O que inicialmente pode parecer vantajoso para a Prefei

5. Dados obtidos de acordo com a Mensagem nº 13/88 enviada pelo Prefeito Mário Kertész em 31 de maio de 1988 à Câmara Municipal.

tura, na verdade, tornou-se mais dispendioso, do que se tivessem sido empreendidas as obras necessárias para a fixação da população na área ocupada.

A Prefeitura, depois do acordo, assume a responsabilidade de arcar com o ônus da transferência do Kartódromo, do Kennel Club, da Igreja Batista Missionária e do Posto de Departamento de Conservação Municipal, como terá que oferecer a estas instituições, novos terrenos para sua reimplantação e funcionamento.

A política de remoção, que objetiva promover a mobilidade geográfica de toda a população da União Paraíso, está inserida num processo mais amplo de renovação urbana de Salvador.

Pretende-se que a cidade desenvolva seu potencial turístico, através de Projetos de valorização paisagística, assim como abre espaços para grandes investimentos imobiliários de capitais externos à metrópole, de modo a lhe conferir uma posição de destaque nacional.

As obras de médio porte em andamento, tais como, a construção do sistema de "bondes", viadutos e drenagem do rio Camurugipe, são alguns dos exemplos das modificações e reaproveitamento do espaço urbano, visando a valorização de áreas destinadas a produção e consumo da camada da sociedade de maior poder aquisitivo.

Essas obras, apesar de embelezarem a cidade como um todo, parecem ser projetadas num contexto "ideal" de cidade desenvolvida, se distanciando da realidade da maioria da população que vive momentos de crise, a nível econômico, cultural e sócio-espacial.

Para que esse novo modelo de estruturação espacial urbana se dinamize, torna-se de vital importância que a favela União Paraíso, seja remanejada em curto prazo.

A Prefeitura alega que a ocupação desses terrenos impede que as obras de alargamento e drenagem do rio Camurugipe se concretizem.

Um outro motivo é que parte da área será destinada às obras do já iniciado Projeto de reimplantação de bondes (TMS), cuja pretensão é ampliar as linhas, estendendo seu traçado até a orla marítima, cortando os bairros da Pituba e Costa Azul.

Esses argumentos, no entanto, se invalidam, pelo notável fato de que, apenas duzentas das mil famílias residentes na área, possuem seus barracos em locais impróprios; assim considerados, pelo pretexto deles estarem destinados ao alargamento e revestimento do rio. A área total da Prefeitura é grande o suficiente para abrigar todas as mil famílias, sem que, com isso, os objetivos dos Projetos fossem prejudicados.

Caso houvesse o interesse da administração pública em atender às solicitações da Associação Comunitária da União Paraíso (ACUP), conciliando o Projeto de urbanizar a favela com os Planos Urbanísticos da cidade, o impasse atual cederia lugar a um acordo que beneficiaria ambas as partes, revelando o outro lado de uma cidade, cujo espaço se encontraria marcado por novas relações de igualdade e justiça.

Inexplicável é o fato de que a Caixa Econômica Federal - (C.E.F) possa estar à frente desses Projetos, financiando a construção das moradias-embrião do Beirú e arcando com 80% do custo total do Projeto Vale do Camurugipe, mas não tenha condições de viabilizar o reassentamento das famílias nos terrenos da Prefeitura.

Inclusive é importante esclarecer, que o Projeto do Rio Camurugipe quando foi iniciado em janeiro de 1988, não previa no seu orçamento, os custos da remoção das duzentas famílias que se constituíam como obstáculo à sua implantação.

Daf restar à Prefeitura, uma solução que não afetasse os Cofres Públicos Municipais.

Fazendo-se uma analogia dos custos das obras do Beiru, com os custos calculados para uma hipotética fixação dos moradores na área ⁶, conclui-se que, o valor gasto para a construção das casas e provimento de infra-estrutura básica (esgotos, luz, água, pavimentação, etc) do loteamento da Ecomati, corresponde a um valor superior cinco vezes ao valor estimado para o reassentamento da população favelada nos terrenos que ocupam, calculado em 500 mil OTN'S.

Além da Prefeitura e a Empresa de Construção Civil Ecomati outros Órgãos têm participado do Programa de Remoção. Dentre os envolvidos parcialmente, estão a Caixa Econômica Federal - como financiador; os Assistentes Sociais do Órgão Municipal, denominado Projetos Comunitários (em substituição ao extinto CDS) - dedicados ao setor sociológico do processo e o CEAS (Entidade Social desvinculada a qualquer Órgão do Estado), que, com apoio da Igreja, sente-se responsável por lutar pela causa dos favelados que representam a parcela mais carente da sociedade.

6. Estimativa baseada na avaliação da Comissão Técnica da Prefeitura.

5.1 - IMPACTO DA REMOÇÃO

Desde o mês de janeiro de 1989, que os moradores da favela União Paraíso se vêm ameaçados a deixarem o local onde residem e írem para o Conjunto Habitacional do Beíru.

Face à decisão da Prefeitura, confirmada pelo Procurador Geral do Município Saul Quadros, a transferência das famílias foi marcada para às oito horas do dia 18 de janeiro de 1989. Mas a retirada da primeira família (moradora no Tubo), só se deu no dia 20 de janeiro de 1989, depois de grande negociação.

Em entrevista, o Procurador revelou que a pretensão era que a transferência se desse em clima de tranquilidade, já que ninguém seria obrigado a sair, se assim não o desejasse. Confirmou ainda que a ação da Prefeitura não configura desrespeito ao Poder Judiciário, que através do Juíz Rubens Dario, da 6ª Vara da Fazenda Pública, determinou a intocabilidade da área, até o julgamento final da ação de manutenção de posse por eles movida. Sua argumentação está baseada no despacho do Juíz, que engloba apenas doze pessoas nominadas na Ação, não se estendendo os benefícios desta Ação ao restante das famílias da União Paraíso.

A Liminar da justiça negando a manutenção de posse impetrada por um grupo de moradores da "Rocinha do Stiep", veio facilitar a ação da Prefeitura na favela da União Paraíso.⁷

Consideram que pelo fato de apenas doze famílias terem sido beneficiadas pela Ação, o movimento geral tenderá ao enfraquecimento e a transferência poderá vir a ser feita sem maiores dificuldades.

Segundo a Coordenadora do Projeto Comunitário da Prefeitura, Maria Del Carmo Hidalgo, essa medida judicial induzirá

7. "Liminar de Justiça facilita ação da Prefeitura no "Cai Duro". Diário Oficial do Município, Salvador, 30 e 31 de março de 1989. Ano IV, nº 391, p.1.

a uma breve solução, através de amplas negociações com os moradores.

Apesar dessa vitória na Justiça, a Prefeitura pretende acabar com a reação dos grupos organizados, para que a transferência se dê sem transtornos, para o loteamento do Beiru. Inclusive, um dos meios utilizados frequentemente, têm sido o suborno. Quantias em dinheiro são oferecidas, para que os moradores deixem o local, satisfeitos e crentes de terem realizado um bom "negócio". Muitas famílias se submeteram a essa prática ilegal, visando a aquisição de bens de consumo inacessíveis em sua vida diária.

A notícia da remoção, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, foi recebida com total desprezo pelos moradores da favela.

Numa demonstração de resistência e não aceitação da proposta, cerca de quinhentos moradores realizaram uma passeata na Praça da Sé até a Praça Municipal. O objetivo era conseguir uma audiência com o Prefeito, Fernando José, obtendo apenas a oportunidade de dialogar com o Chefe da Casa Civil, Aroldo Cedraz.

A movimentação na favela da Rocinha, Cai duro, Baixa-fria, Areial e Tubo, foi intensa, gerando um clima de insegurança e perspectivas.

A Associação de moradores da União Paraíso se colocou em posição de alerta, barrando qualquer pessoa que fosse estranha à Comunidade. Eles organizaram piquetes para impedir o trabalho dos técnicos da Prefeitura.

Em meio ao alvoroço, os assistentes sociais conseguiram penetrar despercebidamente, tentando contato com alguns moradores mais acessíveis, no intuito de convencê-los a renunciar ao local de moradia, acatando a decisão oficial de removê-los.

Aproveitando a oportunidade, os assistentes sociais rea-

lizavam o trabalho de recadastramento sócio-econômico, para a
tualizar os seus arquivos.

De acordo com declarações do Coordenador interino do Projeto Beiru, Rubens Zaldivar, foram recrutados quinhentos trabalhadores para auxiliar na relocação dos bens e das pes
soas que espontaneamente decidiam sair do local, além de ses
senta caminhões e três ônibus da Transur disponíveis para realizar o transporte das mudanças e dos moradores. (Foto '9).

A Presidenta da Associação de Moradores, Alda Justina, exercendo seu direito e dever de lutar pela Comunidade, realiza
um plebiscito e revela que sessenta e oito famílias optara
m por mudar para o Beiru, apesar de denunciar que essa atitude
advém de pressões e coações dos funcionários da Prefeitura
e da Ecomati.

Paralela à disposição de retirar as primeiras famílias da invasão, a Prefeitura investe num outro processo de equacionamento
do conflito gerado: a negociação.

Através do seu representante, o Secretário Municipal da Casa Civil, Aroldo Cedraz, (em substituição ao Prefeito Fernando José que se encontrava ausente de Salvador), a Prefe
itura tenta negociar com uma Comissão de moradores da área, parlamentares do PC do B, PCB, PT e membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, numa Assembléia realizada na Sede da Prefeitura, na Praça Municipal. O encon
tro objetivou se estudar a possibilidade da medida ser sus
pensa temporariamente. Os parlamentares em meio às negociações,
argumentavam que a presença dos caminhões e ônibus, já significava uma "indução" e uma "coação" contra a permanên
cia dos moradores na área. Em contra-partida, Aroldo Cedraz esclarecia que "coação" é querer deter as famílias que desejam
sair do local.

A falta de condições de um entendimento final, pela ausência do Prefeito, o Secretário da Casa Civil se comprometeu apenas em realizar a operação de transferência dos ocupantes, somente com aqueles que almejassem sair da favela, se incumbindo ainda de levar o pedido ao Prefeito, que consiste na suspensão das medidas de remoção, até que novas propostas fossem negociadas.

As datas marcadas para a transferência, eram, em geral, adiadas, devido à relutância dos moradores em ceder ao Programa de Remoção.

5.2 - PROTESTOS - ACEITAÇÃO

Sem a participação da Comunidade, o processo de remoção se inicia, em meio a protestos e relutância.

A cada dia, a disputa entre a Prefeitura e os moradores da União Paraíso, adquire um novo aspecto. Por enquanto, considerando vinte dias passados da data marcada para a remoção, o quadro não sofreu muitas mudanças, principalmente ao que se refere à resistência dos moradores.

Das mil famílias cadastradas no censo sócio-econômico da Prefeitura e dispersas pelas cinco favelas da União Paraíso, foram registradas que, pouco mais de cem, foram relocadas para o loteamento urbanizado do Beiru.

Para a recepção dos novos moradores, a Prefeitura promoveu um evento, caracterizado como "Projeto Boca de Brasa", armado dia e noite no local, como modo a dar as boas vindas, encantando os recém-chegados.

A opinião dos primeiros moradores que saíram da favela varia muito: os que tinham construído seu barraco a menos de três anos, consideraram válida a troca, pois no Beiru, eles terão a tão almejada casa de própria regularizada, sem os inconvenientes da luz ser cortada inesperadamente e pelo ar, que

revelaram ser mais saudável e sem mau cheiro.

Outros já alegaram que a decisão de morar no Beiru foi praticamente imposta e por medo de represálias, preferiram aceitar o "destino".

Os que já tinham mais de cinco anos de favela, também declararam que, posterior à renúncia ao antigo local de moradia, veio o arrependimento; principalmente porque estão sentindo dificuldades em manter inalterado o regime doméstico, visto que, dependerá de mais tempo e dinheiro para que possa continuar mantendo o emprego nos bairros próximos à favela.

Um caso especial, vale ressaltar: para a mãe do primeiro recém-nascido, já residindo na casa nº 6, q.38, do Conjunto Habitacional do Beiru, declarou ser um privilégio, poder criar o quarto filho num ambiente que refletirá uma melhor qualidade de vida, afastada dos esgotos e das doenças. Está esperançosa de poder dar ao filho os cuidados e a higiene necessários, para vê-lo crescer forte e saudável.

5.3 - O DESENVOLVER DO CONFLITO

No início do mês de fevereiro, foi votada a proposta da Comunidade da União Paraíso de impedir a continuidade da operação remoção.

No transcorrer dos meses de fevereiro e março, foram realizadas novas Assembléias, no intuito de resolver em definitivo a questão da permanência ou não dos moradores da referida favela.

Segundo A vice-presidenta da Associação de Moradores da União Paraíso, Safira Ramos, a Prefeitura vem desrespeitando vários itens do acordo firmado com a Comunidade, além de fazer promessas e não cumpri-las. Ela afirmou que a Prefeitura vem fazendo a mudança em "conta-gotas", para ganhar tempo e minar a resistência das famílias, seja através de promessas enganosas ou mes

mo de ameaças.

Os fiscais da Prefeitura estão realizando um trabalho permanente de vigília, examinando a área das oito horas da manhã às cinco horas da tarde, batendo nos barracos e advertindo as famílias da possível destruição dos barracos pelos tratores, caso eles não se submetam a saírem voluntariamente.

Vários moradores vem sofrendo pressões dessa natureza, fazendo crescer a revolta e o desespero nos companheiros.

Muitos dos que se inscreveram como candidatos à transferência para o Beiru, se consideraram arrependidos. Segundo declarações, os moradores concordaram em se filiar ao Programa, persuadidos ou mesmo pela falta de orientação, sem ao menos terem a chance de conhecer o novo local no qual iriam habitar definitivamente.

Dessa atitude, pode-se destacar a influência decisiva e constante dos Assistentes Sociais, que percorriam os vários pontos da favela, abordando os moradores dos perigos que o local oferece, além de alertá-los para a falta de segurança e higiene, persuadindo-os a aceitarem a remoção como a solução mais adequada para uma melhoria da qualidade de vida. Treinados para o exercício de sua função, os Assistentes Sociais "com a melhor das intenções", obtinha a adesão de famílias que se surpreendiam com as vantagens que o Conjunto Habitacional iria proporcionar, tais como, o acesso a casa própria e outros benefícios infra-estruturais: água encanada, luz elétrica, rede de esgotos, coleta de lixo, escolas, transportes, pavimentação, entre outros.

Para os mais afoitos e um tanto desarticulados com a política da Associação dos Moradores (cuja filosofia se consubstancia na luta pelo direito de permanecer no local conquistado, além de investir em propostas de melhoria das condições infra-

estruturais da favela), a assinatura do termo de responsabilidade pela sua remoção e de sua família, foi apenas um passo para quebrar a unidade da Associação de Moradores, gerando conflitos internos, além de propiciar uma retomada da operação demolição dos barracos, abalando a estrutura do movimento do grupo que resistia às investidas do remanejamento.

Um Posto do atual Órgão Municipal, denominado Projetos Comunitários - construído bem em frente à favela - , anuncia com letras garrafais, que no Beiru " o desemprego é zero". Apesar dos atrativos que o "out door" oferece, as oportunidades de emprego no Beiru, são bastantes restritas, permanecendo apenas a nível ideológico, a hipótese da Prefeitura em engajar no mercado de trabalho local, a mão de obra excedente.

5.3.1 - A CONTRA - PROPOSTA

Enquanto a operação demolição se ramifica, desconfigurando o aspecto da favela, as reuniões periódicas da ACUP, vão permitindo que circulem novas idéias. Uma contra-proposta foi encaminhada à Prefeitura, cujo conteúdo prevê o reassentamento dos moradores em quinhentos e setenta e um lotes de $84m^2$, na própria área onde hoje está instalada a favela. Indica ainda a distribuição dos quinhentos e setenta e um lotes em quatro áreas, com creches, escolas, centro comunitário, posto de saúde, enfim, um reassentamento humanizado.

O Projeto elaborado com o apoio do Professor de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Pascoalino Magnavita, cujo trabalho reflete os anseios da Comunidade; leva em consideração o novo traçado do Rio Camurugipe, o que não atingirá as moradias da favela. A curva do rio desapareceria, adquirindo um traçado reto.

A sua execução poderá ser desenvolvida pela Prefeitura, sem

que seja preciso remanejar as moradias existentes atualmente na área, já que com o novo traçado, o rio passaria longe das casas.

A meta desse Projeto é conciliar os interesses dos moradores da União Paraíso com o Projeto do Rio Camurugipe. Caso pudessem ser seguidas as diretrizes desse Projeto, a favela não precisaria ser transferida para um local tão distante e não haveria prejuízo às obras do Rio, as quais se encontram parcialmente paralizadas em determinados trechos, em função do conflito estabelecido na área. (Foto 10).

A alternativa que a ACUP encontrou para urbanizar a favela ao invés de removê-la, corresponde às aspirações dos moradores locais e vem provar que é possível harmonizar os diferentes objetivos que estão traçados nos Projetos da Prefeitura de Salvador e o Projeto que pretendem concretizar.

Depois de várias tentativas de negociação, o Prefeito Fernando José considerou inviável o Projeto, eliminando quaisquer circunstâncias em que ele pudesse vir a ser posto em prática.

5.3.2 - RESISTÊNCIA

À medida em que os trabalhos de remoção se intensificam em vários pontos da favela da União Paraíso, verificados nos meses de abril e maio, a capacidade de resistência dos que ainda crêem na hipótese de reverter o quadro e poder adquirir o direito de posse do lote que ocupa, passa a refletir uma certa consistência a nível de expressão do grupo.

A atuação da Associação dos Moradores alicerça a posição de permanecerem na área e indica que o nível de integração social dos moradores é suficiente para que haja, uma reavaliação do processo.

Enquanto essa hipótese não se concretiza, a população se

movimenta, criando um organismo forte, articulando mecanismos de ação-reação, tanto se posicionando frente à ação dos tratores e desafiando os policiais, como elaborando propostas e apelando ao Judiciário pela conquista dos direitos.

Uma luta organizada e com objetivos definidos, já adquire uma proporção significativa, desde quando funcionários do CEAS, o Padre jesuíta Claudemir Pires e moradores dos bairros próximos, sensibilizados com o conflito, resolveram aderir à Causa dos favelados, fortalecendo o movimento e ampliando as possibilidades de ganho de Causa.

O povo reprimido assume uma nova posição de resistência e ataque, fazendo com que essa atitude signifique um avanço no caminho de sua emancipação.

5.3.3 - VIABILIDADE DE PERMANÊNCIA NA ÁREA

De acordo com o Projeto que os moradores elaboraram - juntamente com uma equipe de profissionais da UFBa - e encaminharam à Prefeitura, é viável a permanência dos moradores no local, demonstrando não serem incompatíveis o alargamento e obras de drenagem do Rio Camurugipe com o reassentamento das famílias.

Cabe mencionar que os moradores não se opõem à remoção, pelo simples fato de terem um "teto" para morar. Eles reconhecem que a área merecia um tratamento, para que pudessem viver condignamente. Assim mesmo, obstinam-se em não írem para o Beiru, que, apesar de distante, apresenta condições visíveis de habitabilidade bem superiores às condições que a favela oferece.

Para entender esse impasse, é necessário avaliar as verdadeiras causas que conduzem-nos a esta decisão:

- A estrutura social que foi se consolidando durante longos anos, hoje se vê ameaçada pela quebra das relações com o mercado de trabalho local, com o Sistema educacional, nos laços de amizade, pa

rentesco, etc;

- Embora já se tenha revelado o baixo padrão das condições habitacionais, possuem não somente uma área física maior do que as casas no Beiru, como muitas delas possuem áreas verdes e cultivos de subsistência;

- Os custos empregados para a satisfação das necessidades mínimas da família, já estão assegurados, tendo em vista que, paralelo ao emprego diário, existe a chance de se conseguir com mais facilidade, trabalhos temporários que reforçam ou garantem a renda mensal.

É um dado de extrema importância eles preferirem um local de fácil acesso à infra-estrutura, serviços ; equipamentos urbanísticos e trabalho, mesmo que para isso, lhes seja imposto uma qualidade de vida ruim, em habitações precárias e anti-higiênicas; embora estes fatores sejam, muitas vezes, subestimado pelas autoridades e pela sociedade em geral.

Um outro fator, extra aos mencionados, porém frisado pelos integrantes da Associação dos Moradores, é que eles são conscientes do valor que o solo representa na área e têm conhecimento de que a Prefeitura em convivência com a empresa construtora Ecomati, objetivam "limpar a área" para liberar os terrenos e aí por em prática os arrojados Planos Urbanísticos, revalorizando o local e os empreendimentos ao redor, destinados à satisfação das apuradas aspirações da classe média e reprocessando o circuito de valorização do capital das grandes empresas construtoras.

5.3.4 - REAÇÃO

A Associação de Moradores da União Paraíso, temendo e enfraquecimento do poder de resistência e desestimulados pela longa espera por uma solução coerente com os anseios e propostas da Comunidade, resolveram inverter a situação e desrespeitar

o acordo travado com a Prefeitura de liberar as famílias que se interessassem em deixar a favela e se mudar para o loteamento do Beiru.

Eles resolveram fazer um piquete na saída da favela, bloqueando a movimentação dos caminhões de mudança e, as doze famílias que já estavam com os seus pertences encaixotados à espera de serem transportados, ficaram retidas por um longo período.

Com dificuldade, os funcionários da Prefeitura tentaram em vão, retirar duas famílias que se diziam ameaçadas pelos vizinhos, cuja opinião era contrária à remoção.

Os integrantes da Associação, no auge de insatisfações e revolta, passam a impedir todo e qualquer contato dos Assistentes Sociais com os moradores, preservando-os de serem persuadidos pela ingenuidade e pelo suborno. Em entrevista, uma Assistente Social revelou que a Prefeitura, visando agilizar o processo de transferência, cedeu uma certa quantia em dinheiro para ser negociada com aqueles moradores, cuja decisão de se manterem no local, permanecia inabalada.

Através de um minucioso trabalho de aconselhamento e orientação para o bem público, os funcionários da Prefeitura, demonstravam as inúmeras vantagens que o novo Conjunto Habitacional poderia oferecer, tais como o título de propriedade de um lote e de uma casa-embrião, além de infra-estrutura hidráulica e elétrica, áreas de lazer, área verde e outros fatores que despertam o desejo daqueles que vivem em péssimas condições de moradia e de vida.

Todo esse discurso retórico, porém, não conseguia influenciar àquela fração da Comunidade União Paraíso que possui uma relativa consciência do seu papel, enquanto seres contestadores do Sistema vigente e sempre buscando a legalização dos seus direitos e a dos seus companheiros de luta.

estruturais da favela), a assinatura do termo de responsabilidade pela sua remoção e de sua família, foi apenas um passo para quebrar a unidade da Associação de Moradores, gerando conflitos internos, além de propiciar uma retomada da operação demolição dos barracos, abalando a estrutura do movimento do grupo que resistia às investidas do remanejamento.

Um Posto do atual Órgão Municipal, denominado Projetos Comunitários - construído bem em frente à favela - , anuncia com letras garrafais, que no Beiru " o desemprego é zero". Apesar dos atrativos que o "out door" oferece, as oportunidades de emprego no Beiru, são bastantes restritas, permanecendo apenas a nível ideológico, a hipótese da Prefeitura em engajar no mercado de trabalho local, a mão de obra excedente.

5.3.1 - A CONTRA - PROPOSTA

Enquanto a operação demolição se ramifica, desconfigurando o aspecto da favela, as reuniões periódicas da ACUP, vão permitindo que circulem novas idéias. Uma contra-proposta foi encaminhada à Prefeitura, cujo conteúdo prevê o reassentamento dos moradores em quinhentos e setenta e um lotes de $84m^2$, na própria área onde hoje está instalada a favela. Indica ainda a distribuição dos quinhentos e setenta e um lotes em quatro áreas, com creches, escolas, centro comunitário, posto de saúde, enfim, um reassentamento humanizado.

O Projeto elaborado com o apoio do Professor de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Pascoalino Magnavita, cujo trabalho reflete os anseios da Comunidade; leva em consideração o novo traçado do Rio Camurugipe, o que não atingirá as moradias da favela. A curva do rio desapareceria, adquirindo um traçado reto.

A sua execução poderá ser desenvolvida pela Prefeitura, sem

que seja preciso remanejar as moradias existentes atualmente na área, já que com o novo traçado, o rio passaria longe das casas.

A meta desse Projeto é conciliar os interesses dos moradores da União Paraíso com o Projeto do Rio Camurugipe. Caso pudessem ser seguidas as diretrizes desse Projeto, a favela não precisaria ser transferida para um local tão distante e não haveria prejuízo às obras do Rio, as quais se encontram parcialmente paralizadas em determinados trechos, em função do conflito estabelecido na área. (Foto 10).

A alternativa que a ADUP encontrou para urbanizar a favela ao invés de removê-la, corresponde às aspirações dos moradores locais e vem provar que é possível harmonizar os diferentes objetivos que estão traçados nos Projetos da Prefeitura de Salvador e o Projeto que pretendem concretizar.

Depois de várias tentativas de negociação, o Prefeito Fernando José considerou inviável o Projeto, eliminando quaisquer circunstâncias em que ele pudesse vir a ser posto em prática.

5.3.2 - RESISTÊNCIA

À medida em que os trabalhos de remoção se intensificam em vários pontos da favela da União Paraíso, verificados nos meses de abril e maio, a capacidade de resistência dos que ainda crêem na hipótese de reverter o quadro e poder adquirir o direito de posse do lote que ocupa, passa a refletir uma certa consistência a nível de expressão do grupo.

A atuação da Associação dos Moradores alicerça a posição de permanecerem na área e indica que o nível de integração social dos moradores é suficiente para que haja, uma reavaliação do processo.

Enquanto essa hipótese não se concretiza, a população se

movimenta, criando um organismo forte, articulando mecanismos de ação-reação, tanto se posicionando frente à ação dos tratores e desafiando os policiais, como elaborando propostas e apelando ao Judiciário pela conquista dos direitos.

Uma luta organizada e com objetivos definidos, já adquire uma proporção significativa, desde quando funcionários do CEAS, o Padre jesuíta Claudemir Pires e moradores dos bairros próximos, sensibilizados com o conflito, resolveram aderir à Causa dos favelados, fortalecendo o movimento e ampliando as possibilidades de ganho de Causa.

O povo reprimido assume uma nova posição de resistência e ataque, fazendo com que essa atitude signifique um avanço no caminho de sua emancipação.

5.3.3 - VIABILIDADE DE PERMANÊNCIA NA ÁREA

De acordo com o Projeto que os moradores elaboraram - juntamente com uma equipe de profissionais da UFBa - e encaminharam à Prefeitura, é viável a permanência dos moradores no local, demonstrando não serem incompatíveis o alargamento e obras de drenagem do Rio Camurugipe com o reassentamento das famílias.

Cabe mencionar que os moradores não se opõem à remoção, pelo simples fato de terem um "teto" para morar. Eles reconhecem que a área merecia um tratamento, para que pudessem viver condignamente. Assim mesmo, obstinam-se em não írem para o Beiru, que, apesar de distante, apresenta condições visíveis de habitabilidade bem superiores às condições que a favela oferece.

Para entender esse impasse, é necessário avaliar as verdadeiras causas que conduzem-nos a esta decisão:

- A estrutura social que foi se consolidando durante longos anos, hoje se vê ameaçada pela quebra das relações com o mercado de trabalho local, com o Sistema educacional, nos laços de amizade, pa

rentesco, etc;

- Embora já se tenha revelado o baixo padrão das condições habitacionais, possuem não somente uma área física maior do que as casas no Beiru, como muitas delas possuem áreas verdes e cultivos de subsistência;

- Os custos empregados para a satisfação das necessidades mínimas da família, já estão assegurados, tendo em vista que, paralelo ao emprego diário, existe a chance de se conseguir com mais facilidade, trabalhos temporários que reforçam ou garantem a renda mensal.

É um dado de extrema importância eles preferirem um local de fácil acesso à infra-estrutura, serviços ; equipamentos urbanísticos e trabalho, mesmo que para isso, lhes seja imposto uma qualidade de vida ruim, em habitações precárias e anti-higiênicas; embora estes fatores sejam, muitas vezes, subestimado pelas autoridades e pela sociedade em geral.

Um outro fator, extra aos mencionados, porém frisado pelos integrantes da Associação dos Moradores, é que eles são conscientes do valor que o solo representa na área e têm conhecimento de que a Prefeitura em conivência com a empresa construtora Ecomati, objetivam "limpar a área" para liberar os terrenos e aí por em prática os arrojados Planos Urbanísticos, revalorizando o local e os empreendimentos ao redor, destinados à satisfação das apuradas aspirações da classe média e reprocessando o circuito de valorização do capital das grandes empresas construtoras.

5.3.4 --- REAÇÃO

A Associação de Moradores da União Paraíso, temendo e enfraquecimento do poder de resistência e desestimulados pela longa espera por uma solução coerente com os anseios e propostas da Comunidade, resolveram inverter a situação e desrespeitar

o acordo travado com a Prefeitura de liberar as famílias que se interessassem em deixar a favela e se mudar para o loteamento do Beiru.

Eles resolveram fazer um piquete na saída da favela, bloqueando a movimentação dos caminhões de mudança e, as doze famílias que já estavam com os seus pertences encaixotados à espera de serem transportados, ficaram retidas por um longo período.

Com dificuldade, os funcionários da Prefeitura tentaram em vão, retirar duas famílias que se diziam ameaçadas pelos vizinhos, cuja opinião era contrária à remoção.

Os integrantes da Associação, no auge de insatisfações e revolta, passam a impedir todo e qualquer contato dos Assistentes Sociais com os moradores, preservando-os de serem persuadidos pela ingenuidade e pelo suborno. Em entrevista, uma Assistente Social revelou que a Prefeitura, visando agilizar o processo de transferência, cedeu uma certa quantia em dinheiro para ser negociada com aqueles moradores, cuja decisão de se manterem no local, permanecia inabalada.

Através de um minucioso trabalho de aconselhamento e orientação para o bem público, os funcionários da Prefeitura, demonstravam as inúmeras vantagens que o novo Conjunto Habitacional poderia oferecer, tais como o título de propriedade de um lote e de uma casa-embrião, além de infra-estrutura hidráulica e elétrica, áreas de lazer, área verde e outros fatores que despertam o desejo daqueles que vivem em péssimas condições de moradia e de vida.

Todo esse discurso retórico, porém, não conseguia influenciar àquela fração da Comunidade União Paraíso que possui uma relativa consciência do seu papel, enquanto seres contestadores do Sistema vigente e sempre buscando a legalização dos seus direitos e a dos seus companheiros de luta.

Apesar da resistência, a ação de remoção se mantém constante e assim que as famílias se cadastram e se inscrevem no programa remoção, a operação demolição se inicia, com a destruição do barraco, corte da água e da luz e total recolhimento do material que se transformou em sucata, para que o terreno fique limpo, garantindo assim a sua não reocupação.

Os fiscais da Prefeitura e até mesmo alguns moradores da favela que, visando aumentar sua renda mensal, aceitaram prestar serviços temporários à Prefeitura, para acompanharem o desenrolar da operação e vigiarem toda e qualquer manifestação, como a entrada dos ex-invasores arrependidos e de pessoas suspeitas que pudessem reiniciar a construção de barracos nos locais vazios.

Pode-se notar que o CEAS e o trabalho feminino têm sido importantes instrumentos de defesa dos direitos dos posseiros, desde quando, ativos e dispostos a lutar, sempre estão aptos a propor novas formas de resolução do conflito, que não a Ação Judicial. Estão permanentemente sujeitos à negociação, no sentido de mediar os interesses das partes envolvidas e devolver a paz ao local, que há muito não se tem.

Há uma certa alternância dos processos utilizados, apesar de não se apresentarem distintos. A Ação Judicial e a negociação passam a conviver, já que a Ação funciona como uma "ameaça de violência possível", do mesmo modo que a negociação para judicial funciona como uma "possível saída consensual".

São muitas as tentativas para se chegar a um acordo que beneficie as partes envolvidas. Mas, sem conquistas satisfatórias e cansados de promessas não cumpridas, uma Comissão, contando com uma grande mobilização dos moradores da União Parafuso, promove passeatas e manifestações no Corredor da Vitória, apelando para o cumprimento dos artigos que regem a "Declaração dos Direitos Humanos".

6. CONDIÇÕES DOS FAVELADOS

Desse clima de interferências diárias na vida das famílias da favela União Paraíso, aliado às constantes ameaças de agressão física e moral aos que resistem ao Programa de Remoção, resultaram desarticulações e desentendimentos entre os próprios moradores da Comunidade.

Os que se mostraram mais desesperados com a gravidade da situação, já se submeteram ao apelo dos Assistentes Sociais e partiram para a nova realidade do loteamento periférico do Beiru. A atitude desses foi radicalmente criticada pelo grupo que pretende manter a sua posição inicial de "lutar pelo espaço que conquistou", mesmo conscientes de que suas reivindicações possam não ser atendidas e suas chances de vencer se invalidem após o desfecho do conflito.

A justificativa plausível daqueles que parecem só ter a força de sua fraqueza para continuarem enfrentando os obstáculos do dia a dia, se consubstancia na necessidade de se manterem em áreas valorizadas da cidade e portanto bem providas dos equipamentos coletivos, serviços, tais como: escolas, hospitais, transportes e principalmente pelo acesso fácil e menos dispendioso ao mercado de trabalho, mesmo que isso signifique uma imposição de um baixo padrão na qualidade de vida. Em relação ao mercado de trabalho, a Pituba e os bairros situados em suas imediações, estão entre aqueles com o maior número de construções civis, onde uma grande parte da mão de obra masculina da União Paraíso emprega-se como pedreiros ou serventes, eletricitistas, encanadores ou trabalham como porteiro, vigias ou

jardineiros nos prédios e casas da classe média. A mão de obra feminina insere-se também no mercado de trabalho local como empregadas domésticas, faxineiras ou lavadeiras.

As crianças colaboram no orçamento familiar com a venda ambulante nas praias próximas.

As mesmas condições de aliar a moradia próxima ao local de trabalho não estariam asseguradas no distante bairro do Beiru, cujos moradores tem um poder aquisitivo visivelmente mais baixo que os moradores de classe média da Pituba. Isso acarretaria para as pessoas transferidas uma diminuição das suas fontes de renda ou, em outra hipótese, implicaria em uma jornada de trabalho mais longa com o deslocamento para outras áreas, as quais já mantêm um certo vínculo empregatício.

Conseqüentemente teriam também um maior encargo financeiro, já que seriam obrigados, para locomover-se até os locais de trabalho, a utilizar-se do transporte público.

A pobreza, o analfabetismo e as péssimas condições de saúde constatadas nos moradores da favela, é resultante de uma sociedade que os explora economicamente e os rejeita socialmente, fazendo-os sentir à margem da mesma.

O problema da carência habitacional e da mobilidade sócio-espacial dos favelados, pode ser analisada sob uma perspectiva de um mercado de trabalho proporcionalmente decrescente e a baixa remuneração da mão de obra.⁸

À situação de precariedade habitacional, pode-se dizer que é consequência de uma falta de capacidade de absorção produtiva da mão de obra pelo mercado de trabalho, aliada aos baixos salários dos efetivamente empregados.

8. Rattner, H., Planejamento Urbano e Regional, "Habitação e Transformação Social", São Paulo: Ed. Nacional, 1978, pp.108 - 117.

Os moradores da favela União Paraíso, embora constituam as faixas mais baixas da sociedade urbana, são o complemento necessário e o sub-produto de um processo contínuo de crescimento econômico desordenado e desigual - literalmente denominado desenvolvimento - numa sociedade estratificada e segregadora.

Nessas condições, é de se supor que esta população não disponha de condições econômicas para arcar com os custos de moradia, educação, transporte e saúde. Como exemplo, pode-se imaginar que, um trabalhador que utilize somente um ônibus de ida e volta de cada para o trabalho e vice-versa, gasta mensalmente cerca de 15% do salário mínimo para locomover-se. Isso, sem contar que para o Beiru, a remoção viria agravar os problemas sociais já existentes e o surgimento de outros, devido à uma maior pressão que iria ocorrer no mercado de trabalho local e à já deficiente oferta de transportes públicos e demais serviços.

Com a utilização diária do ineficiente e irregular sistema de transportes que serve à periferia da cidade, haveria a deterioração progressiva da força de trabalho, que viria a ser caracterizada por um desgaste físico e mental, aliada a fatores como, excessivo tempo de deslocamento domicílio-trabalho, pelo fato de terem que percorrer grandes distâncias e depender de uma oferta de ônibus insuficiente e precária. E pelo seu papel fundamental na estruturação do espaço e mobilidade da força de trabalho, influenciaria diretamente na qualidade de vida da população.

7. SITUAÇÃO ATUAL

Os favelados da União Paraíso sempre enfrentaram dificuldades em todos os níveis, durante toda a vida. No entanto, o período que abrange o início do processo de remoção até os dias atuais, merece um destaque especial, pelo agravamento das condições ambientais que os cercam.

A priori, a própria instabilidade climática que Salvador vem enfrentando nos últimos dois meses de abril e maio, com uma precipitação pluviométrica intensa e constante vem pondo em risco a segurança dos barracos e a vida dos seus moradores.

Aliado a este fator, a ação das caçambas e tratores na área, já em plena atividade demolidora das casas, plantações e em seu trabalho de drenagem do rio, intensifica o efeito erosivo das chuvas, causando pânico às famílias que ainda moram no local.

Nas imediações da invasão do Tubo, as famílias que habitam as margens do Rio Camurugipe, estão cercadas por toneladas de entulho jogadas displicentemente pelas máquinas alugadas à Prefeitura. (Foto 11).

Aparentemente, esse trabalho se caracteriza por limpeza e desobstrução do canal. Muita terra e entulho vêm sendo reco-lhidos pelos veículos, de uma margem e colocados na outra, bem próxima aos barracos. (Foto 12).

O grande problema para os que moram na invasão do "Caj Duro" é a ameaça constante de deslizamento da terra que está de-positada às margens do rio.

Devido às fortes chuvas, alguns barracos foram invadidos pela água e pela terra, ocasionados pela elevação do nível de

água do rio. Alguns moradores ficaram desabrigados.

Segundo declarações da Presidenta da Associação dos Moradores da União Paraíso, Alda Justina, a Prefeitura vem construindo um "abismo" para que as chuvas invadam os barracos e as famílias possam, sem resistência - por não terem um teto para se abrigar - ceder à transferência para o Beiru.

A Comunidade insiste na hipótese da colocação da terra próxima aos barracos ser proposital, justificando que a Prefeitura tem um aterro próprio para depositar todo o material que vem recolhendo.

A área vem sofrendo um processo de transformação muito rapidamente. Até o final do mês de maio, pode-se detectar que 50% das famílias ainda permanecem na favela União Paraíso, mesmo sujeitas às intempéries. Eles continuam exigindo os direitos de posse da terra e requerendo os seus títulos de propriedade.

O impasse se mantém e as negociações cessaram.

Insatisfeitos com o rompimento do acordo da Prefeitura com a Comunidade, ao dar prosseguimento as obras de drenagem do rio, sem achar uma solução adequada para as quinhentas famílias que resistem à transferência, eles se reuniram para construir uma cerca no encostamento da Av. Magalhães Neto, visando impedir a subida das caçambas, impossibilitando com isso, a continuidade das obras de entulhamento.

Mesmo submetidos às pressões, subornos, agressões e às interferências climáticas, a população ainda garante que não cederá a quaisquer desses obstáculos, a não ser que a Prefeitura e a Empresa Ecomati ofereçam um outro local de moradia, com as condições básicas de uma vida digna, tais como: um terreno mais próximo do local que hoje eles ocupam; cada família receba uma ajuda de custo; que o local seja provido de serviços, infra-estrutura e o mercado de trabalho possa absorver a mão de obra excedente.

8. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA UNIÃO PARAÍSO (ACUP)

Criada em 1984, a Associação de moradores da União Paraíso, está filiada ao movimento de defesa dos favelados de Salvador (MDF), que conta atualmente com a participação de deztoito Comunidades.

Através do apoio do MDF, a Associação Comunitária da União Paraíso se articula com outras entidades de favelados de Salvador, trocando experiências, elaborando Projetos de melhoria, unindo forças vivas de representatividade perante os Órgãos Municipais, além de acompanhar a evolução de suas reivindicações, protestando e lutando por condições melhores de vida e habitabilidade.

A referida Associação é fortemente assistida pelo CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) que, diante do conflito, não somente se preocupou em oferecer alternativas de solução, como também vem contribuindo ativamente na elaboração de novas propostas de permanência dos favelados no local, tomando parte das reuniões e de todas as questões pertinentes à situação de remoção.

Apesar de receber proteção e auxílios diversos de políticos (destacando-se os dos partidos PMDB, PT e PC do B), a Associação expôs verbalmente que não tem vínculo com os mesmos e nem estão comprometidos com partido algum.

A ACUP foi instituída democraticamente pelos próprios integrantes da Comunidade, que elegeram os ocupantes dos cargos que compõem a Diretoria da mesma.

A Associação desempenha funções extremamente importantes, desde o equacionamento de divergências internas à favela, ao direcionamento de trabalhos da Comunidade; como a construção de

escolas, instalação de uma rádio comunitária, implantação de um Posto da LBA e a reivindicação permanente de verbas para o setor educacional e de saúde.

Buscando alternativas para a população, a ACUP estabeleceu reuniões semanais, agregando pessoas das cinco favelas da União Paraíso, fazendo com que todos se atualizem das medidas que vêm sendo tomadas pelas partes envolvidas no processo.

No transcorrer do discurso, são ouvidas alguns moradores que expõem ao público, as pressões que vem sofrendo diariamente e as formas de coerção e suborno às quais vem sendo submetidas.

Como forma a autenticar o movimento contra a remoção, foram enviadas várias procurações à Justiça, cada uma com sua especificidade, de acordo com a área a qual pertence a favela. A área, por exemplo, que engloba a favela do Tubo, é de grande periculosidade, devido à concentração de fios de alta tensão, envolvendo um Órgão de maior intervenção - a CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) - com os dois agentes ativos no Projeto: a Prefeitura e a empresa Ecomati.

Neste caso, a pressão é maior e a possibilidade de ganho de Causa torna-se praticamente nula.

O intuito é inserir essas Ações individuais ao Processo maior de manutenção de posse, que se encontra em andamento na Justiça.

Interessante é se verificar que a maior participação e o espírito de iniciativa e resistência advém do setor feminino, fato este confirmado, pela confiança que os moradores dedicaram às mesmas, escolhendo duas senhoras para que assumissem os cargos de liderança do grupo, tais como o de Presidenta e o de Vice-presidenta da Associação de Moradores da União Paraíso.

Contam com um sistema de auto-falantes e microfone (gentilmente cedidos pelo SESI (Serviço Social da Indústria), que

dispostos em pontos estratégicos da favela, permitem que todos (mesmos os ausentes às reuniões), possam se enteirar dos assuntos em debate. (Foto 13).

A ACUP mantém contatos periódicos com advogados que prestam serviços gratuitos à favela e todas as informações que obtêm, são transmitidas nas reuniões.

Pelo fato dos terrenos pertencerem à Prefeitura, não cabe à Justiça aplicar a "Lei do Uso Capião", mesmo quando se reconhece que a área em questão já está ocupada há mais de cinco anos.

São realmente dramáticos os momentos que estão passando os moradores da União Paraíso. Em meio às denúncias, foi registrado um caso de violência dos policiais e funcionários do "Projetos Comunitários", que invadiram a casa de uma moradora, atentando contra a moral e a vida de sua filha menor e a do marido paraplégico.

A atuação da ACUP é fundamental para garantir a coesão do grupo, unir os ideais e lutar pelo objetivo comum a todos. Utilizando-se de uma linguagem singular, mas que traduz perfeitamente a firmeza das metas que traçaram, os barracos expõem um "slogan": (não tem Beru, ceto?), que serve como marca registrada do poder de resistência que eles possuem.

8.1 - PROJETOS

Os Projetos elaborados pela Associação dos Moradores da União Paraíso, simbolizam o esforço conjunto de todos os participantes da Comunidade, no sentido de cumprir o seu papel social, buscando a melhoria das condições de vida da população.

Desde maio de 1986, que vem desenvolvendo três importantes Projetos⁹: o Projeto Educação, visando o aumento do número

9. Reis, S.A., "União Paraíso". Caderno de Educação Popular, nº4, maio de 1986, pp. 9/10.

de alunos matriculados, como a melhoria da qualidade de ensino. Este já se impôs como viável, desde quando três Escolas construídas e administradas pela Associação, já começam a dar sinais de vitória. A Escola St^o Antônio com uma sala, funciona em três turnos; trinta e seis alunos no pré-escolar, vinte e sete na alfabetização e trinta adultos estudando à noite.

A Escola São Francisco é a maior da favela. Possui duas salas, funcionando em dois turnos, com cerca de cento e cinquenta e três alunos; setenta e cinco no pré-escolar e o restante na alfabetização. Além dessas, existe a Escola Comunitária União Paraíso, com uma sala e funcionando em três turnos, com quarenta e dois alunos no pré-escolar, trinta e oito na alfabetização e vinte e oito adultos pela noite.

Apesar do Projeto Educação manter convênio com a Fundação Educar e SEMEC, o funcionamento das Escolas se mantém precário, devido à falta de verbas alocadas a este setor, destinadas ao pagamento dos professores, quanto para a compra do material didático, manutenção dos móveis, utensílios e instalações das Escolas.

Apesar dessas carências visivelmente constatadas, a Comunidade sente-se satisfeita com o que já alcançou, criando condições novas para recolhimento de doações para prover as necessidades do setor.

O Projeto Saúde é indispensável e foi criado com objetivos definidos de esclarecimento à população dos meios utilizados para a prevenção de doenças e planejamento familiar.

Dentro das diretrizes propostas, cumpre ainda alertar para os períodos de vacinação e ampliar o mini-centro de primeiros socorros, destinados ao atendimento das enfermidades mais comuns que afetam os moradores, além de orientá-los para as Clínicas que possuem aparelhagens adequadas, quando se tratar de

enfermidades mais graves.

O curso inicialmente era ministrado por professores e médicos residentes ligados à área de medicina preventiva da Universidade Federal da Bahia, que após alguns meses de orientação teórica e prática, selecionava alguns monitores da própria Comunidade, para que continuassem com o trabalho de atendimento à população.

Este Projeto, apesar de sua relevante atuação, só se manteve ativo durante dois anos, até que em 1986, ele foi paralizado por falta de verbas e sem condições de arcar com a parte burocrática exigida para a aquisição de convênios, que lhes fornessem subsídios reais de manutenção do Posto de Saúde.

O outro Projeto é o Núcleo de Costura. Apesar de terem conseguido um local apropriado para o desenvolvimento da proposta da atividade manufatureira e até mesmo angariado fundos para a aquisição das máquinas e do material a ser utilizado, o Projeto se limitou a ser posto em prática por apenas alguns meses. Inicialmente foram realizadas feiras para a amostra dos produtos confeccionados.

O empecilho maior se deteve na falta de instrutores que pudessem fornecer os conhecimentos necessários à arte de costurar. Atualmente ele se encontra estacionado, sem perspectivas de reacionamento.

8.2 - "JOGO DE FORÇAS" NA CÂMARA MUNICIPAL

Desde a sua criação, que a Associação dos Moradores da União Paraíso vem lutando com tenacidade e persistência pela concretização dos seus objetivos. O principal deles, consiste na permanência da Comunidade no local ocupado. Por este motivo, vale citar o fato marcante ocorrido na Câmara Municipal do Salvador que comprova esta afirmação.

Em 21 de junho de 1988, a Câmara de Vereadores de Salvador se propôs a votar o Projeto de Lei do Prefeito Mário Kertész (PMDB), que determinava a troca de um extenso terreno da Prefeitura, no bairro do Stiep, valorizado pela sua localização na orla marítima e ocupado por centenas de famílias de baixa renda ; por uma área no bairro do Beiru, de propriedade da construtora Ecomati, empresa de médio porte que já conta com as premissas pré-fixadas no acordo, para poder utilizar o novo espaço e "decolar" no mercado imobiliário.

Aproveitando a ocasião, a Prefeitura quiz também remover as ocupações vizinhas, alegando a necessidade de revestir e retificar o traçado do Rio Camurugipe, em cujas margens se situam algumas das invasões da União Paraíso.

A prioridade das obras, deveriam estar direcionadas no trecho mais a montante do rio, onde se encontram bairros consolidados mais populosos. Essa opção, de considerável alcance social, exigiria o emprego maior de mão de obra e se processaria de forma vagarosa, além de praticamente despercebida pelo conjunto da população, sobretudo em período eleitoral. Representaria ainda um lucro reduzido para as empreiteiras, cujas obras seriam subsidiadas pela C.E.F.

Aproximadamente duzentos e cinquenta moradores da União Paraíso compareceram na Galeria da Câmara para acompanharem a votação. Antes da aprovação do Projeto, é apresentada à Câmara uma Liminar Judicial (derrubada dias depois em instância superior), determinando sustar a discussão e a votação, até um entendimento mais apurado do valor do bem público em questão. Alguns Parlamentares do PC do B, PCB, PSB, não entenderam a Liminar e retiraram-se da Câmara. Foi sugerido que a votação fosse adiada para o dia seguinte, para que se pudesse esclarecer a procedência e a validade da Liminar. Sem sucesso, a votação

continuou em ritmo acelerado.

Nesse ínterim, os seguranças da Câmara ameaçam os manifestantes que gritavam palavras de ordem e cantavam o Hino Nacional e o do Senhor do Bonfim.

O Presidente interrompe a sessão, mas os moradores in sistem em permanecer no local o tempo que fosse necessário.

A ameaça de retirada, os manifestantes são violentamente agredidos pelos seguranças e vereadores. Numa atitude de con tra-ataque, a luta se generaliza; sendo necessária a presença da polícia de choque, que impõe à força a paralização do con flito. Deste fato, foram registrados que oito moradores e um segurança saíram feridos.

A imprensa critica o episódio, acusando os manifestantes de "marginais e agitadores", por terem tumultuado e depredado "A Casa mais antiga do Legislativo Brasileiro".

Os moradores e grupos da sociedade civil reiteram a luta pela via jurídica e dá organização de base.

A Prefeitura intensifica as investidas, alegando mais um motivo para que a área fosse esvaziada. Desta vez, justifica-se pela necessidade de utilizar aquele espaço ocupado para a instalação de um "moderno sistema de transporte de massa" - cu jo interesse reveste-se nas eleições. Essas obras, no fundo, tem a pretensão de desafogar a crise das empreiteiras.

Passado um mês do incidente, constatou-se que, dentre os feridos, duas moradoras tiveram sequelas das agressões sofri das pelos seguranças e policiais. O caso mais grave foi a de Abigail Chagas, vinte e três anos, que abortou em consequen cia de um pontapé na barriga. Ironia do destino, é saber que essa violência ao ser humano, ocorreu justamente na "Casa mais antiga do Legislativo Brasileiro".

9. CONJUNTO HABITACIONAL DO BEIRU: A NOVA REALIDADE

O Conjunto Habitacional do Beirú, situado em bairro popular de Salvador, foi construído pela empresa privada de construção civil - Ecomati - com recursos da Caixa Econômica Federal e destinado exclusivamente aos moradores removidos da já mencionada favela da União Paraíso.

O loteamento urbanizado é constituído de casas térreas, oferecidas ao morador em estágio embrionário, com possibilidade de ampliação, segundo critérios estabelecidos pelos arquitetos da Prefeitura.

Cada unidade habitacional é subdividida em quatro compartimentos. Cada um deles, possui um cômodo e um banheiro, perfazendo um total de $17m^2$ em lotes de $84m^2$.

Cada cada então, passa a brigar quatro famílias diferentes, porém, compartilhando de um mesmo teto que cobre os quatro cômodos.

Ao contrário do que afirma a Prefeitura Municipal, o Projeto por ela elaborado para reassentar os moradores da União Paraíso no Beiru, difere fundamentalmente em um ponto do Projeto "Minha casa, o direito de morar", do Governo Estadual. (Fig.A). No Projeto da Prefeitura (Fig.B), as moradias são construídas de forma que quatro famílias habitem uma mesma unidade. No Projeto "Minha casa", cada lote possui uma unidade habitacional independente dos lotes vizinhos.

Comparando-se os dois Projetos, constata-se que a diferença, embora sutil, tem uma importância fundamental: enquanto que no Projeto da Prefeitura a empresa construtora economiza quatro paredes em cada quatro lotes (Foto 14), reduz-se consi

deravelmente as possibilidades dos moradores ampliarem as suas moradias; por exemplo, abrindo janelas ou construindo um segundo andar sem que todas as três famílias vizinhas estejam de acordo e disponham dos meios financeiros para fazê-lo. A alternativa única é construir um vão à frente (Foto 15), se bem que, nem todos os lotes, em virtude da proximidade de encostas ou mesmo do asfalto, possuem realmente os 84m² prometidos, tornando a ampliação praticamente impossível.

Pelo fato das moradias-embrião terem sido construídas em série (Foto 16), significa que a preocupação da construtora era dinamizar e baratear ao máximo os custos do empreendimento, através da utilização de materiais de qualidade inferior, o que compensa a troca pelos terrenos próximos à orla marítima de Salvador.

Sobre a ausência de um trabalho arquitetônico para as habitações populares, o Arquiteto paulista Alberto Botti¹⁰, admitiu que os grandes Projetos habitacionais para as populações de baixa renda, tendem a ser desvirtuados na execução da proposta inicial, sobretudo pelo fato das construtoras optarem pela "economia" em detrimento à beleza exterior e qualidade da construção. Discordando do falso conceito de que a Arquitetura deve ser voltada apenas para as elites, Botti frisou que é justamente pela falta de condições que as pessoas pobres tem de alterar a estrutura de suas moradias e portanto, sujeitando-se aos modelos recebidos, é que se devem direcionar Projetos para essa camada da população, no sentido de que possam unir estética à funcionalidade.

10. "Arquitetos preparam um Plano para as cidades". Jornal A Tarde, Salvador, 17 de abril de 1989.

A área do Beirú, apresenta uma série de inconvenientes para o reassentamento da Comunidade da União Paraíso. O mais grave deles refere-se à topologia do terreno, que não foi totalmente aplainado para a construção das casas. Os módulos estão assentados em terreno arenoso e de topografia irregular, sujeito a deslizamentos em épocas chuvosas.

É possível detectar grandes fendas nas encostas, causadas pela erosão. As calhas são canalizadas para as passarelas de cimento, podendo a área transformar-se em um grande lamaçal, nos meses chuvosos.

Mesmo não incorporando as normas do discurso ideológico da "casa própria", não se pode deixar de comentar que o loteamento do Beirú oferece condições higiênicas superiores às da favela União Paraíso, levando-se em consideração que os seus moradores continuam vivendo às margens de um rio-esgoto, sem que a Prefeitura e Órgãos competentes tenham lhe atribuído sequer um tratamento adequado, durante o longo tempo em que a Comunidade local se sujeitou e continua sendo afetada em seu bem estar.

Pelas propostas e pela planta da casa-embrião, apresentadas em estágios avançados de ampliação, contidas nos projetos da Prefeitura que anunciam o Conjunto Habitacional do Beirú (Fig. C), até o mais perito Corretor de imóveis torna-se convencido das "vantagens" que o novo loteamento oferece em relação ao antigo local de moradia.

A realidade, porém, não configura as pretensões do Projeto, ficando aquém das expectativas dos favelados.

Por ser a área acidentada, a maioria das ruas foi construída com escadarias de argamassa montada, dificultando os serviços básicos de entrega de gás e coleta de lixo, etc.

Um outro aspecto considerável, é que apenas cerca de 10%

dos transferidos passariam a possuir moradias com a mesma área que hoje dispõem nas moradias da União Paraíso. Os 90% restantes não teriam condições de abrigar nos lotes de 84m² todos os membros da família.

Este fato forçosamente provocaria a ocupação de outras áreas para que a parcela excedente da família pudesse ser abrigada.

Além disso, ao contrário do que demonstra a exuberante vegetação local, não é possível o cultivo de subsistência, mesmo em pequena escala, tanto por causa do solo arenoso, quanto pelo exíguo espaço.

Como se pode observar pela (Foto 17), a única rua pavimentada é a principal do loteamento, que dá acesso às travessas laterais em declive acentuado, onde estão dispersos a maior parte dos embriões.

A infra-estrutura básica que o Conjunto Habitacional dispõe para atender as necessidades dos habitantes, não garante no entanto, o sustento das famílias, que se vêm ameaçadas pela falta de possibilidades de expansão do mercado de trabalho no bairro do Beiru e até mesmo no interior do loteamento.

Os ônibus que circulam pelo Conjunto, por enquanto, servem apenas a duas linhas (Pituba e Barroquinha) e só conseguem passar pela rua principal, por ser a única via asfaltada. Os moradores das casas situadas nos lotes e quadras mais baixos do loteamento, vêm-se prejudicados pela distância e pela dificuldade de acesso aos pontos dos coletivos.

Até a presente data, 30 de maio de 1989, os novos moradores ainda não receberam o título de propriedade da casa, apesar da SETHA (Secretaria de Terra e Habitação) já ter iniciado o processo de legalização das moradias-embrião. Por enquanto só alguns possuem a Concessão de uso da casa.

O processo de instalação na nova habitação, até o momento se baseia apenas na assinatura do comprovante de remoção, na escolha da casa (segundo critérios por ordem de chegada) e o acesso prático à mesma.

O que comprova a residência é a conta de luz que vem com o nome do chefe da família, o nº e a quadra a qual pertence. Essa nova taxa, acrescida da taxa de água, pode ser encarada como um acréscimo imprevisto ao orçamento insuficiente da família.

Aos que pretendem ampliar as moradias-embrião, a Prefeitura destinou uma quantidade Variável de tijolos, sacos de cimento e telhas eternit, cujo valor segue parâmetros da área de ocupação na favela.

A tentativa de se realizar um multirão para ajudar a construção dos novos cômodos daqueles que não tem experiência ou não podem pagar, foi bem aceita pela Comunidade e muitas delas já se encontram em fase final de ampliação.

Com pouco material, mas com bastante disposição, os moradores se reúnem e dão uma nova aparência à casa, de acordo com as necessidades e características de cada família.

Paralelo a esta atividade, eles esperam com ansiedade a ativação da creche, da escola, da lavanderia e da horta comunitária. (Foto 18).

Até a última verificação "in loco" - meados de maio - esses equipamentos não tinham começado a funcionar e além disso não tinham condições de atender a toda a população. O terreno destinado à horta comunitária não tinha sido trabalhado e pela opinião da maioria, "não acreditam no sucesso dessa iniciativa, alegando que, o trabalho de uns vai ser usufruído por outros que certamente só vão querer colher o que não plantaram".

Cerca de 70% dos entrevistados, sentem-se satisfeitos com

a transferência, principalmente aqueles que conseguiram as casas e abrigar com segurança a sua família:

Nem todos, entretanto, têm a mesma opinião. Destes, fazem parte os que possuem suas casas em locais impróprios ao crescimento estrutural do embrião.

Dentre as denúncias, a da moradora da casa nº 10, da quadra 10, engloba três aspectos: segundo ela, a sua família é grande demais para conviver num espaço tão reduzido. Além disso, queixou-se do calor intenso e por não ter ventilação, a casa torna-se insuportável de se viver. Acima de tudo, quando chove, o chão fica alagado e as paredes começam a infiltrar, em decorrência das chuvas de abril e maio. Denunciou que algumas casas já estão apresentando rachaduras nas paredes.

Aguardando que a promessa de lhe darem outra casa com melhores condições, seja cumprida, a moradora vive seus momentos de inquietude e incertezas.

Além da ampliação da moradia destinada a abrigar todos os membros da família, verificou-se que muitas casas já se apresentam com alterações (estilo garagem coberta), dando prosseguimento à atividade comercial desenvolvida na favela. (Foto 19):

A tendência é que o número de pontos comerciais cresça, proporcionalmente à inclusão de novos moradores ao Conjunto Habitacional, modificando o sentido e a função residencial para a qual ele foi criado.

10. CONCLUSÃO

A proliferação das favelas nos grandes centros urbanos continua sendo um desafio, sobretudo por expressar uma contradição característica do desenvolvimento do Sistema Capitalista vigente. A dificuldade de acesso à riqueza social por uma grande parte da população, impossibilitada de arcar com os custos de habitação e de outros setores básicos, representa a forma como esta toma para si, o encargo de sobrevivência e reprodução de sua própria força de trabalho.

A medida que a estrutura produtiva de Salvador vem sofrendo mudanças profundas, o solo urbano, seu valor e importância para o capital, se evidencia intensamente, como atividade meramente especulativa.

Nada mais coerente do que se constatar, que os interesses da classe dominante (principalmente os ligados ao setor imobiliário), juntamente com a ferrenha intolerância da classe média, é o motor propulsor do Programa de transferência da favela União Paraíso para o Conjunto Habitacional do Beiru.

Para livrar-se das pressões de agentes imobiliários e da população de poder econômico e social privilegiado, a Prefeitura, assumindo uma postura filosófica "paternalista", concreta e simplista, resolveu erradicar a favela e transferir os seus moradores, agravando os problemas (a nível de alteração do mercado de trabalho, gastos suplementares à renda mensal e desequilíbrio sócio-espacial), gerando ainda mais revolta e insatisfações na Comunidade da União Paraíso.

Diante de tais circunstâncias, a alternativa que melhor se enquadra nesse caso, se baseia no tratamento ambiental da área ocupada, com a inclusão de equipamentos sociais, tais co

mo, escolas, centros de saúde, núcleos de lazer, além da imposição de um programa de recuperação sanitária e urbana, a fim de amenizar a estratificação e segregação social a que estão sujeitos, conferindo dignidade ao viver dos habitantes carentes da referida favela.

Paralela à urbanização da favela, os Órgãos Municipais Competentes se incumbiria de incentivar o crescimento dos serviços, ampliando as possibilidades de emprego da mão de obra, elevando o padrão de vida e propiciando a esta camada da população, um acesso participativo e produtivo no progresso e desenvolvimento da cidade.

Por fim, pode-se concluir que a favela em questão, que representa um povo sem recursos, mas com poder de luta e resistência contra pressões de agentes (que pretendem romper o equilíbrio e a harmonia do local), é apenas a revelação mais sublime que faz da favela uma UNIÃO de forças num PARAÍSO idealizado.

11. BIBLIOGRAFIA

LIVROS:

- LINDGREN, Carlos E. da Silva. Temas de Planejamento, "A Natureza da Segregação na Cidade: Sucessão e Invasão". Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1978, pp.57-67.
- RATTNER, Henrique. Planejamento Urbano e Regional. "Habitação e Transformação Social". São Paulo: Ed. Nacional, 1978, pp.108-117.
- RIBEIRO, Luiz César de Queirós e PECHMAN, Robert Moses. O que é a Questão da Moradia."(Coleção primeiros passos;65)", São Paulo: Nova Cultura: Brasiliense, 1985.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. "Especificidade do fenômeno", "(Coleção Ciências Sociais)", (Tradução de Myrna T. Rego Viana, Rio de Janeiro: F. Alves, 1979), pp.59-63.
- VALLADARES, Lúcia do Prado. Passa-se uma casa, "Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (Versão adaptada da Tese de Doutorado sob o título de Opération de Relogement et Réponse Sociale: le Cas des Résidents des Favelas à Rio de Janeiro), defendida na Universidade de Toulouse-le-Mirail, em 1974,(Tradução de Regina Machado).

REVISTAS:

- CARVALHO, Rejane Vasconcelos A., "Os restaurantes da favela - a mercantilização do espaço doméstico". Caderno do CEAS, nº 98, julho/agosto de 1985, pp.45-56.
- CEAS, CEAS: "15 anos a Serviço do Movimento Popular". Caderno do CEAS, nº94, novembro/dezembro de 1984, pp.80-84.
- CONCEIÇÃO, Fernando. "A luta dos moradores de uma favela". Caderno do CEAS, nº 84, março/abril de 1983, pp.33-43.
- CÚNICO, Domingos. "Casa popular e estrutura urbana". Caderno do CEAS, nº38, julho/agosto de 1975, pp.6-18.
- FILGUEIRAS, Oto. "O quebra-quebra de Salvador". Caderno do CEAS nº76, novembro/dezembro de 1981 pp.18-26.
- LEITE, Álvaro L. Pantoja. "Habitação Popular". Caderno do CEAS, nº51, setembro/outubro de 1977, pp.12-19.
- MATTEDI, Raquel Mattoso. "As invasões na cidade de Salvador". Caderno do CEAS, nº72, março/abril de 1981, pp.38-50.
- MATO, Manuel Andrés. "Por um lugar onde morar: subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador". Caderno do CEAS, nº37, maio/ junho de 1975, pp.20-34.

- MOURA, Milton. Editorial: "Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na areia" - Samba de Dorival Caymmi, anos 60. Caderno do CEAS, nº117, setembro/outubro de 1988, pp.4-7.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. "PROFILURB 1" (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), 1985.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. "Uma Política Habitacional para Salvador", 1985.
- REIS, Samuel Aarão. "União Paraíso". Caderno de Educação Popular, nº4, Salvador - Bahia, maio de 1986.
- ROSSI, Clóvis Carlos. "A Política habitacional posta em questão". Caderno do CEAS, nº43, maio/junho de 1976, pp.44-49.
- SANTOS, Clóvis Souza. "As invasões em Salvador". Caderno do CEAS, nº110, julho/agosto de 1987, pp.61-66.
- SANTOS, Humberto. "Enfim, morar com dignidade". Revista Interior, nº28, ano IV, setembro/outubro de 1979.
- SIMÕES, Maria Lúcia. "Invasões: agentes de produção da cidade de Salvador". Caderno do CEAS, nº99, setembro/outubro de 1985, pp.36-43.
- SOUZA, Clêyde. "A luta pelo direito de morar". Caderno do CEAS, nº118, novembro/dezembro de 1988, pp.11-20.

JORNAIS:

"União Paraíso protesta, mas invasores devem sair hoje". Jornal "A Tarde", 18 de janeiro de 1989.

"Maioria das famílias continua nas favelas". Jornal "A Tarde" , 28 de janeiro de 1989.

"Favelados queixam-se de quebra de acordo". Jornal "A Tarde" , 01 de fevereiro de 1989.

"Favelados vão levar um novo Plano à Prefeitura". Jornal "A Tarde", 10 de fevereiro de 1989.

"União Paraíso decide mudar regras do jogo". Jornal "A Tarde" , 12 de fevereiro de 1989.

"Favelados transferidos para o Beiru, ampliam embriões". Jornal "A Tarde", 20 de fevereiro de 1989.

"Liminar da Justiça facilita ação da Prefeitura no Cãí Duro".

"Diário Oficial do Município de Salvador," 30 e 31 de março de 1989, ano IV, nº 391.

"Ex- invasores ampliam embriões no Beiru". Jornal "A Tarde", 17 de abril de 1989.

"Invasores ficam mesmo com risco de inundações". Jornal "A tarde", 05 de maio de 1989.

"Deslizamento de terra é ameaça para invasão". Jornal "A Tarde", 06 de maio de 1989.

12. ANEXOS

MAPA 2

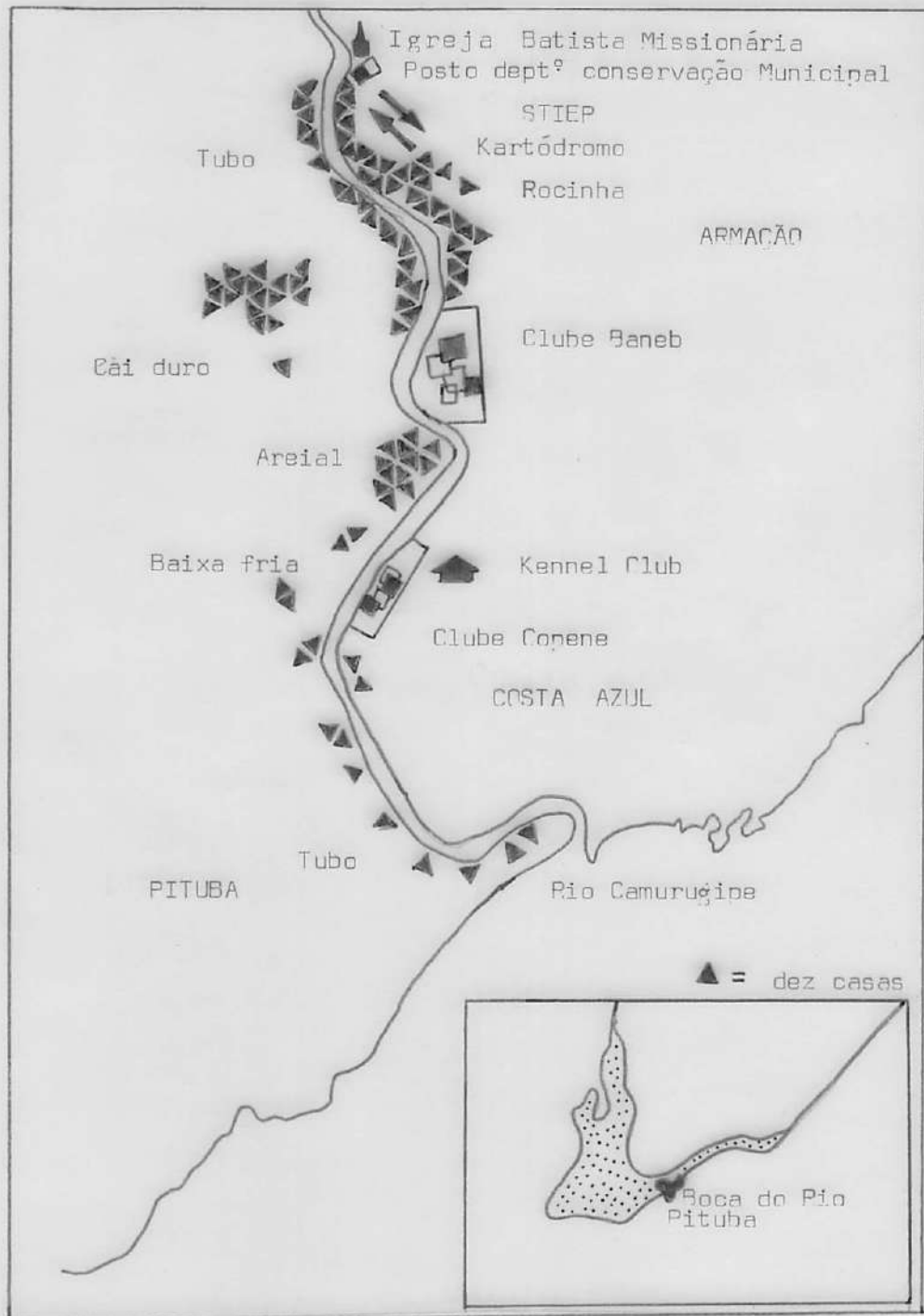


FOTO 1

12.2 - FOTOS



Projeto de drenagem do Rio Camuruçipe em andamento.

FOTO 2



Aspecto externo dos barracos.

FOTO 3



Depressões e fendas no solo da favela União Paraíso, causada pela erosão das chuvas.

FOTO 4



Bar e mesa de jogo de bilhar

FOTO 5



Quitanda

FOTO 6



FOTO 7



Estado de abandono em que vivem os favelados

FOTO 8



FOTO 9



Ônibus da TRANSUR para o transporte dos moradores da favela ao loteamento do Beiru.

FOTO 10



Paralisação das obras do Rio Camuruçipe em função do conflito estabelecido na área.

FOTO 11



Máquinas alugadas à Prefeitura em seu trabalho de desobstrução do Canal.

FOTO 12



Entulho depositado em frente aos barracos da favela.

FOTO 13



Sistema de autofalantes dispersos em vários pontos da favela.

FOTO 14



Em cada casa-embrião do Conj. Habitacional do Beiru, habitam quatro famílias diferentes.

FOTO 15



Estágio inicial de ampliação da moradia no Beiru.

FOTO 16



Casas-embrião em série. Ao fundo, estação de tratamento de esgotos.

FOTO 17



Única rua pavimentada do loteamento urbanizado do Beiru.

FOTO 18



Posto médico e creche ainda desativados.

FOTO 19



No novo espaço habitacional do Beiru, a inclusão de atividades comerciais.

12.3 - TABELAS

TABELA I
(QUANTO À PROCEDÊNCIA)

IDADES	PROCEDÊNCIA			%
	CAPITAL	INTERIOR	OUTROS	
19 a 29	10	16	0	43.33%
30 a 39	4	20	0	40.00%
40 a 49	0	8	2	16.67%
x	14	44	2	60
%	23.33%	73.33%	3.33%	100.00%

TABELA II
(QUANTO A RENDA FAMILIAR)

RENDA	QUANT.	PERCENTUAL
Até 1 SM	56	93.3%
1 a 3 SM	4	6.7%
3 a 5 SM	0	0.0%
TOTAL	60	100.0%

TABELA III.
(QUANTO A IDADE DOS FILHOS)

IDADES	QUANT.	PERCENTUAL
0 - 5	85	47.2%
5 a 10	67	37.2%
10 a 15	17	9.4%
+ de 15	11	6.2%
TOTAL	180	100.0%

TABELA IV
(QUANTO A OCUPAÇÃO ATUAL)

OCUPAÇÃO	QUANT.	PERCENTUAL
DOMÉSTICA	24	40.00%
SERVENTE	8	13.33%
PEDREIRO	2	3.33%
BISCATE	14	23.33%
LAVADEIRA	12	20.00%
TOTAL	60	100.00%

TABELA V
 (QUANTO AO SEXO)

IDADES	SEXOS		%
	M	F	
19 a 29	8	18	43.33%
30 a 39	6	16	36.67%
40 a 49	2	10	20.00%
X	16	44	60
%	26.67%	73.33%	100.00%

TABELA VI
 (QUANTO AO NÚMERO DE FILHOS)

Nº FILHOS	CASAIS	PERCENTUAL
0 a 5	48	80.00%
5 a 10	10	16.70%
+ de 10	2	3.30%
TOTAL	60	100.00%

TABELA VII
(QUANTO AD GRAU DE INSTRUÇÃO)

INSTRUÇÃO	QUANT.	PERCENTUAL
N. ALFABET.	26	43.30%
ALFABET.	18	30.00%
1º GRAU	10	16.70%
2º GRAU	6	10.00%
TOTAL	60	100.00%

TABELA VIII
(QUANTO A FREQUÊNCIA DOS FILHOS NA ESCOLA)

INSTRUÇÃO/ IDADE	QUANT.	PERCENTUAL
7 a 10	48	46.10%
10 a 13	28	26.90%
13 a 16	19	18.30%
+ de 16	9	8.70%
TOTAL	104	100.00%

TABELA IX
 (QUANTO AO LOCAL DA CASA)

LOCAL	QUANT.	PERCENTUAL
LADEIRA	44	73.33%
PLANO	6	10.00%
BARRANCO	10	16.67%
TOTAL	60	100.00%

TABELA X
 (QUANTO AO NÚMERO DE CÔMODOS)

LOCAL	QUANT.	PERCENTUAL
ATÉ 3	52	86.70%
+ de 3	8	13.30%
TOTAL	60	100.00%

12.4 - QUESTIONÁRIO

1 - Sócio - econômico

A: Sexo M F B: Idade _____ anos.

C: Procedência Capital
 Interior
 Outros _____

D: Por que veio? _____

E: O que fazia? _____

F: O que faz atualmente? _____

G: Profissão _____

H: Renda Até 1 salário mínimo.

Familiar De 1 até 2 s.m

De 2 até 4 s.m

Mais de 4 s.m

I: Participação da mulher na renda familiar:

S N Valor NCz\$ _____

J: Grau de instrução:

Alfabetizado Pai Mãe Filhos

1º grau

2º grau

Não alfabetizado

L: Nº de filhos _____ Idade 0 a 5 5 a 10 mais de 10

M: Vacinas recebidas: Tétano Tifo Sarampo

Varíola Malária Tuberculose

N: Os filhos frequentam a escola? Sim Não

Bairro _____

2 - Fundiário

A: Local da casa: Plano
 Ladeira
 Barranco

B: Condição da rua Asfalto
 Calçada
 Terra

C: Condição fundiária: Próprio
 Alugado
 Outros

D: Por que residem nesse local? _____

E: Tipos de construção: Alvenaria
 Madeira
 Taipa
 Outros

F: Número de cômodos _____

G: Número de pessoas residentes _____

H: Opinião do entrevistados _____

12.5 - FIGURAS

Fig.A PROJETO MINHA CASA

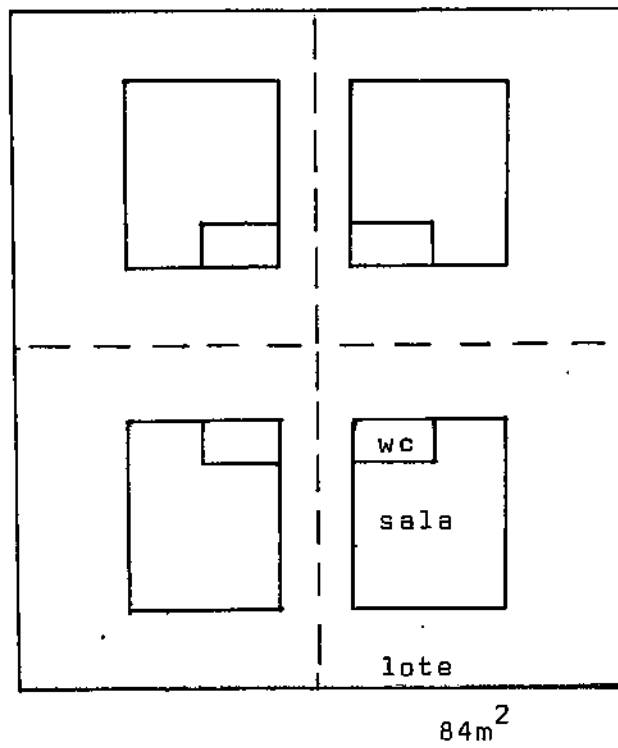


Fig.B PROJETO DA PFEFEITURA

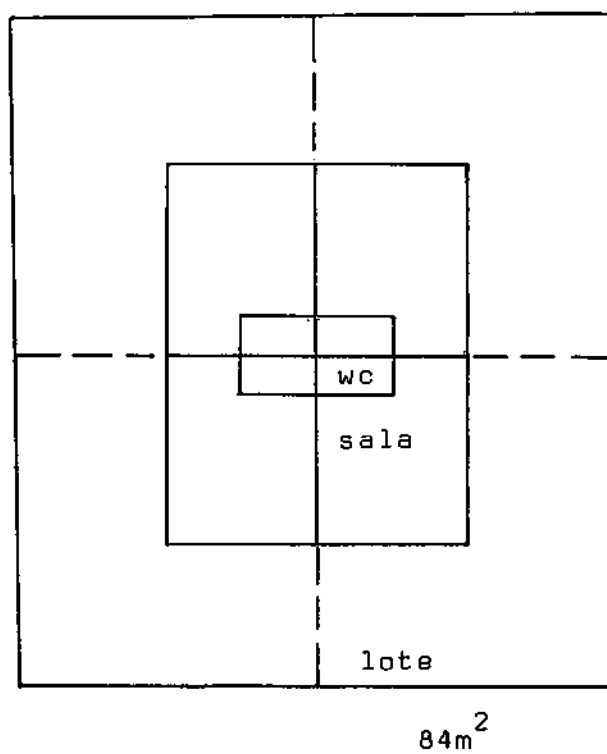
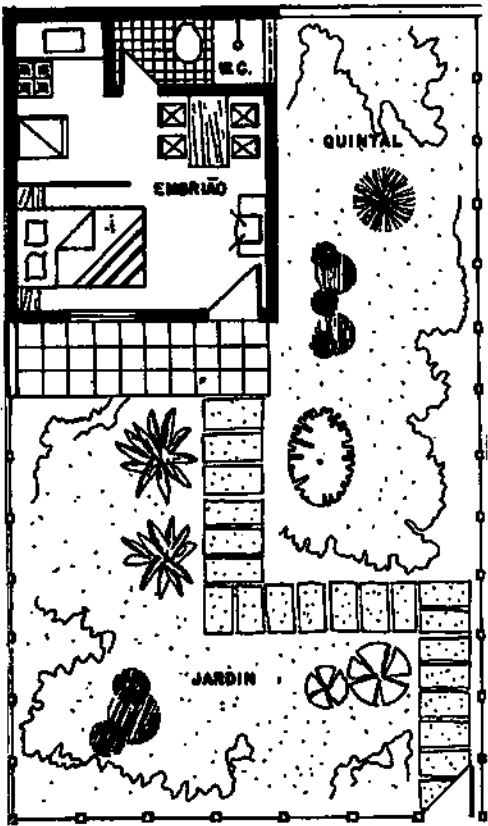
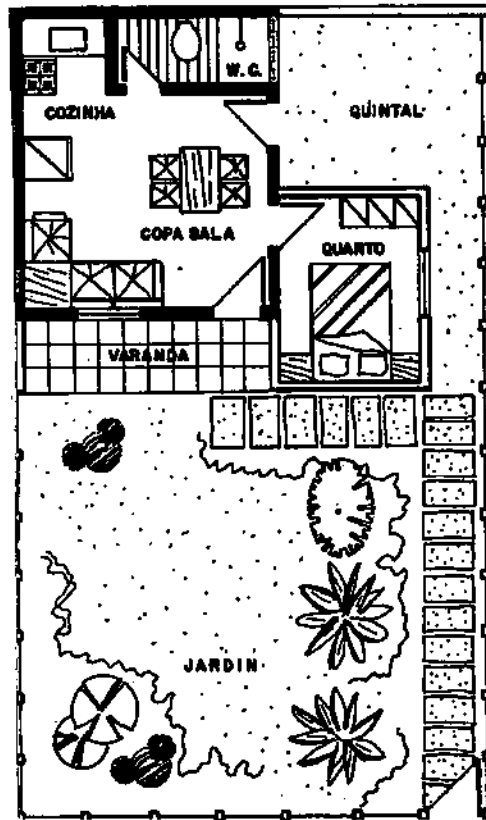


Fig. C

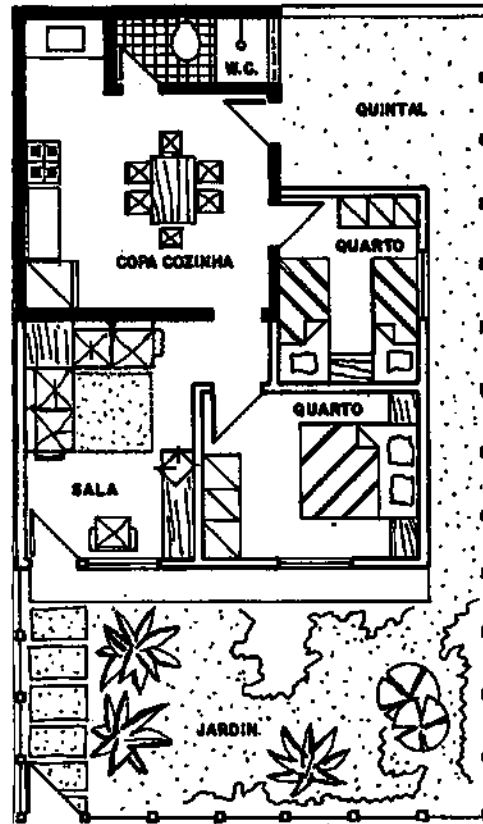
COMO VOCÊ PODE AUMENTAR SUA CASA



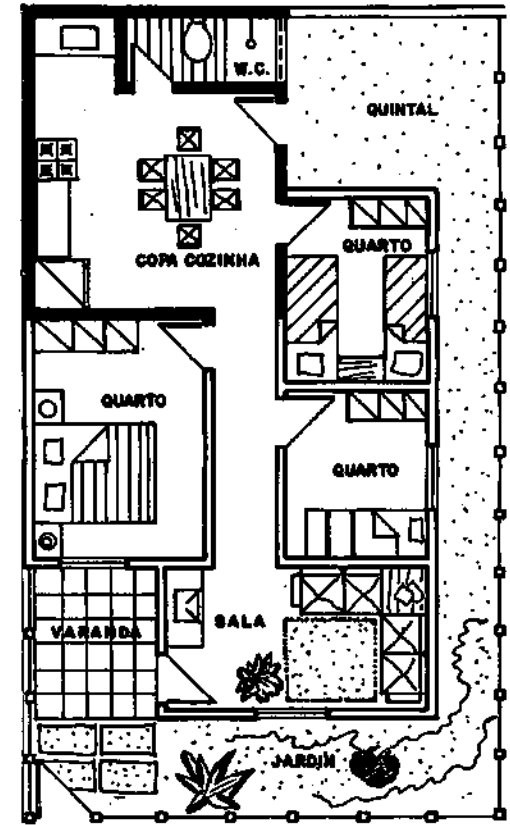
Você está recebendo uma casa como este modelo embrião.



De acordo com o tamanho de sua família, você po de construir mais um quarto.



Com o tempo, você faz uma sala e outro quarto.



No final, você pode ter uma casa com sala, cozinha, banheiro e três quartos.